



Banco BS2 S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente



Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Balanço patrimonial.....	12
Demonstração do resultado	14
Demonstração do resultado abrangente	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstração dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas.....	18
1. Contexto operacional	18
2. Apresentação das demonstrações financeiras	18
3. Resumo das principais políticas contábeis	21
4. Caixa e equivalentes de caixa	31
5. Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil.....	31
6. Aplicações em depósitos interfinanceiros	31
7. Títulos e valores mobiliários	32
8. Instrumentos financeiros derivativos	34
9. Transações de pagamento	35
10. Carteira de crédito	35
11. Outros ativos financeiros.....	41
12. Ativos e passivos fiscais	41
13. Outros ativos não financeiros	43
14. Investimentos em participações em coligadas e controladas	43
15. Imobilizado de uso	44
16. Ativos intangíveis	44
17. Depósitos, captações no mercado aberto e recursos por emissões de letras	45
18. Instrumentos de dívidas com cláusulas de subordinação	45
19. Obrigações por empréstimos e repasses.....	46
20. Outros passivos financeiros.....	46
21. Provisões	47
22. Outros passivos não financeiros	48
23. Patrimônio líquido	48
24. Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento.....	52
25. Resultado com aplicações interfinanceiras	52
26. Resultado com títulos e valores mobiliários	52
27. Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio	53
28. Operações de captação no mercado	53
29. Variações cambiais (Líquidas)	53
30. Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	54
31. Despesas de pessoal	54
32. Outras despesas administrativas	54
33. Despesas tributárias	54
34. Outras receitas (despesas) operacionais.....	55
35. Imposto de renda e contribuição social.....	55
36. Partes relacionadas.....	55
37. Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III)	58
38. Gerenciamento de risco	59
39. Outras informações	62
Composição dos órgãos da administração	67

Prezados(as) Acionistas, Clientes e Parceiros,

Apresentamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Destaques financeiros de 2025

- Operações de Câmbio: R\$ 68,1 bilhões (+31% vs. 2024)
- Carteira de Crédito: R\$ 3,4 bilhões (+14% vs. dez/24)
- Captação de Recursos: R\$ 6,3 bilhões (+5% vs. dez/24)
- Patrimônio Líquido: R\$ 900,0 milhões (+1% vs. dez/24)
- Índice de Basileia: 14,12%

Impacto da integração da BS2 Payments

No final de 2024, concluímos a consolidação societária e patrimonial da BS2 Payments (antiga Adiq), integrando o braço de aquisição e pagamentos ao conglomerado BS2, e unificando a gestão executiva e respectivo Conselho de Administração, que até então tinham uma gestão independente. Essa integração impactou em R\$ 22,5 milhões negativos o resultado líquido de 2025 atribuível aos acionistas controladores. Desconsiderando os efeitos da BS2 Payments, o resultado líquido teria alcançado R\$ 94,5 milhões.

Em outubro de 2025, a BS2 Payments promoveu aumento de seu capital social no montante de R\$ 150,0 milhões. A operação teve como objetivo fortalecer a estrutura de capital da Instituição e apoiar sua estratégia de crescimento.

Com as sinergias operacionais implementadas ao longo de 2025, estimamos gerar de R\$ 30 a 40 milhões de impacto positivo no lucro líquido do conglomerado em 2026.

Evolução do resultado (R\$ milhões)



• Resultado bancário cresceu para R\$ 95 milhões, reforçando a robustez do core business e a execução da estratégia focada em PJ.

• BS2 Payments (Adiq) registrou impacto pontual de -R\$ 22 milhões, mas a consolidação e a revisão organizacional já capturaram sinergias e estabelecem a base para retomada do crescimento do lucro consolidado a partir de 2026.

Construindo um ecossistema completo para empresas

Desde 2021, somos um banco focado em atender empresas, construindo uma atuação sólida tanto no segmento de PME quanto no segmento Corporate, que segue representando parcela relevante da nossa carteira. Essa combinação nos permite unir experiência acumulada ao longo dos anos com uma visão clara de futuro, atendendo empresas de diferentes portes com proximidade, orientação e soluções aderentes às suas necessidades financeiras.

Nosso objetivo é ir além do conceito tradicional de banco: buscamos ser uma plataforma financeira integrada que apoia o crescimento sustentável de nossos clientes, oferecendo uma ampla gama de produtos — crédito, câmbio, conta corrente, seguros e adquirência — essenciais em todas as etapas da jornada financeira de uma empresa.

Compromisso com o futuro

Entramos nos próximos anos com foco na ampliação do relacionamento com o público PJ, no avanço tecnológico e na evolução contínua de processos e produtos. Seguiremos atuando com solidez, transparência e visão de longo prazo, sempre dedicados a apoiar o desenvolvimento de nossos clientes e a construir valor para todos os nossos stakeholders.

Em março de 2026, o grupo de acionistas controladores aprovou um aumento capital de R\$ 101,4 milhões no Banco, buscando preparar sua estrutura de balanço para crescimento e sinalizando confiança redobrada nos resultados vindouros, projetando patamares de Basileia e patrimônio líquido acima de 14,0% e de R\$ 1,0 bilhão, respectivamente. O referido aumento de capital será refletido nas demonstrações financeiras tão logo seja homologado pelo Banco Central do Brasil, mediante trâmite junto àquela instituição.

Cumprimento das disposições sobre política de equidade previstas na lei nº 15.177/2025

O Banco BS2 mantém o compromisso com diversidade, inclusão e práticas que promovam igualdade de oportunidades. Para garantir equilíbrio remuneratório e alinhamento às normas de equidade de gênero e raça, o Banco realiza análises periódicas e implementa ajustes e iniciativas contínuas em conformidade com a legislação vigente.

Em atendimento à lei nº 15.177/25, o Banco BS2 divulgará anualmente o número e o percentual de mulheres em seu quadro funcional, bem como o demonstrativo de remuneração segmentado por sexo e nível hierárquico. Como os dados referentes ao exercício de 2025 ainda estão em apuração, o relatório correspondente será oportunamente incluído no Manual da Assembleia Geral Ordinária, conforme determina o artigo 133 da lei das S.A.

Agradecemos aos colaboradores, acionistas, parceiros e clientes pela confiança e parceria.

Belo Horizonte, 17 de março de 2026

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BS2 S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

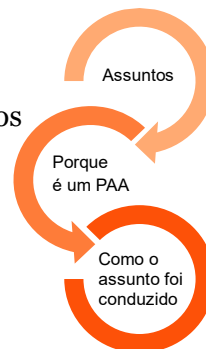
Ênfase – Informações comparativas

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 (a) às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 3(b), 7, 8, 9 e 10)	
A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, que estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento, por parte da administração, na determinação da provisão mediante a aplicação de metodologia que utiliza várias premissas, incluindo informações prospectivas e critérios para determinar aumentos e reduções do risco de crédito. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Em relação à metodologia para mensuração da provisão para perdas, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, principalmente, relacionados à análise das políticas contábeis da administração referentes à aplicação da Resolução nº 4.966 do CMN, testes independentes sobre os modelos de crédito desenvolvidos pela administração, incluindo o seu processo de aprovação e validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas. Adicionalmente, realizamos testes, em base amostral, sobre as garantias, renegociações de crédito, avaliação de risco da contraparte, atrasos e outros aspectos que possam resultar em aumento ou redução significativa de risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios e análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	em nossa auditoria.
Reconhecimento do crédito tributário (Notas 3(c) e 12)	
O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil. Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização dos créditos tributários elaborado pela administração. Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das premissas críticas utilizadas pelo Banco com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, o confronto dos principais dados históricos em relação às projeções e a análise de aderência frente a Resolução CMN nº 4.842/20. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.
Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios com pouca liquidez e sem mercado ativo (Notas 3(b) e 10(a))	
A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que considera a utilização de premissas e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidas pela União, Estados e municípios.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, registro e divulgação desses títulos. Adicionalmente, realizamos testes quanto à valorização de determinadas operações, que considerou a atualização do entendimento com a administração das principais premissas e metodologias adotadas; a análise de consistência

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios. Considerando a relevância da mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, bem como o exposto anteriormente, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria.	entre projeções efetuadas em anos anteriores com os realizados; e a análise da razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração. Consideramos que os critérios e as premissas adotadas na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.
Ambiente de Tecnologia de Informação	
O processamento das transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica. Os riscos inerentes à tecnologia e sistemas de informação e dos respectivos controles que suportam a tecnologia, podem ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações, assim como, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio. Dessa forma, continuamos a considerar o ambiente de Tecnologia da Informação uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à acesso lógico, de segregação de funções, gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, processamento de rotinas <i>batch</i>, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados. Testamos os principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os principais controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco. Como resultado desses procedimentos de auditoria consideramos que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Banco BS2 S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Banco BS2 S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas em conjunto, como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Banco BS2 S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 17 de março de 2026

A stylized, handwritten-style signature of 'PricewaterhouseCoopers' in black ink.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2

Ativo	Nota	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	4	750.459
Ativos financeiros		6.082.588
Ao valor justo por meio do resultado		1.933.383
Títulos e valores mobiliários	7	1.895.102
Instrumentos financeiros derivativos	8	38.281
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		265.695
Títulos e valores mobiliários	7	265.695
Ao custo amortizado		3.883.510
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	5	369.548
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6	2.234
Títulos e valores mobiliários	7	9.153
Transações de pagamento	9	877.628
Carteira de crédito	10	2.541.940
Outros ativos financeiros	11	83.007
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(129.146)
Títulos e valores mobiliários	7	(9.444)
Transações de pagamento	9	(2.078)
Carteira de crédito	10	(117.038)
Demais ativos financeiros	11	(586)
Ativos fiscais		295.579
Correntes	12(a)	89.931
Diferidos	12(b)	205.648
Outros ativos não financeiros	13	47.098
Ativos não correntes mantidos para venda	3(e)	37.758
Investimentos em participações em coligadas e controladas	14	614.296
Imobilizado de uso	15	25.180
Ativos intangíveis	16	6.150
Total do ativo		7.729.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2025
Passivos financeiros		6.612.530
Ao custo amortizado		6.565.472
Depósitos	17	5.192.560
Captações no mercado aberto	17	376.324
Recursos por emissões de letras	17	417.041
Instrumentos de dívidas com cláusulas de subordinação	18	158.689
Obrigações por empréstimos e repasses	19	169.662
Outros passivos financeiros	20	251.196
Ao valor justo por meio do resultado		47.058
Instrumentos financeiros derivativos	8	47.058
Provisões	21	40.092
Obrigações fiscais	12(c)	33.013
Correntes		20.220
Diferidos		12.793
Outros passivos não financeiros	22	144.291
Total do passivo		6.829.926
Patrimônio líquido		900.036
Capital social	23(a)	896.983
Reservas de capital		3.987
Reservas de lucros	23(b)	14.597
Outros resultados abrangentes	23(f)	(15.531)
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.729.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas da intermediação financeira		538.977	1.047.249
Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento	24	342.023	661.796
Resultado com aplicações interfinanceiras	25	48.096	97.044
Resultado com títulos e valores mobiliários	26	146.363	260.019
Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio	27	1.475	25.536
Resultado com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		1.020	2.854
Despesas da intermediação financeira		(359.896)	(690.956)
Operações de captação no mercado	28	(359.878)	(690.795)
Operações por empréstimos e repasses		(18)	(161)
Resultado da intermediação financeira		179.081	356.293
Resultado das perdas esperadas associadas ao risco de crédito		17.165	2.073
Provisão para perdas esperadas da carteira de crédito		(14.379)	(28.836)
Provisão para perdas esperadas de outros ativos financeiros		(884)	(1.824)
Receita de recuperação de ativos financeiros baixados como prejuízo		32.428	32.733
Variações cambiais (Líquidas)	29	182.990	339.818
Resultado bruto da intermediação financeira		379.236	698.184
Outras receitas e despesas operacionais		(303.823)	(626.409)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	30	29.107	49.842
Despesas de pessoal	31	(86.920)	(164.381)
Outras despesas administrativas	32	(157.253)	(319.105)
Despesas tributárias	33	(23.989)	(46.674)
Resultado de participações em coligadas e controladas	14	7.952	1.179
Outras receitas (despesas) operacionais	34	(72.720)	(147.270)
Resultado operacional		75.413	71.775
Outras receitas e despesas		9.869	10.516
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		85.282	82.291
Imposto de renda e contribuição social	35	(570)	12.979
Correntes		(17.471)	(1.701)
Diferidos		16.901	14.680
Participações no resultado		(23.205)	(23.205)
Resultado líquido do semestre e exercício		61.507	72.065
 Lucro por ação - básico e diluído	23(e)		
Ordinárias (em reais)		0,46	0,53
Preferenciais (em reais)		0,46	0,53
 Média ponderada da quantidade de ações em circulação - básica e diluída			
Ordinárias		100.075.772	100.075.772
Preferenciais		34.948.198	34.948.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado líquido do semestre e exercício	61.507	72.065
Outros ajustes abrangentes	4.448	10.860
Variação de valor justo de ativos financeiros ¹	8.088	19.746
Efeito fiscal	(3.640)	(8.886)
Total do resultado abrangente	65.955	82.925

(1) Montantes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2025	766.180	3.894	150.998	(26.391)		894.681
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 ¹					(14.966)	(14.966)
Outros resultados abrangentes no período				10.860		10.860
Aumento de capital	130.803		(121.000)			9.803
Remuneração baseada em ações		155				155
Direitos de subscrição de ações		(62)				(62)
Juros sobre o capital próprio			(72.500)			(72.500)
Resultado líquido do exercício					72.065	72.065
Destinações:						
Reserva legal			2.855		(2.855)	
Reserva estatutária			54.244		(54.244)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	896.983	3.987	14.597	(15.531)		900.036
Saldo em 30 de junho de 2025	766.180	3.993	117.090	(19.979)		867.284
Outros resultados abrangentes no período				4.448		4.448
Aumento de capital	130.803		(121.000)			9.803
Remuneração baseada em ações		52				52
Direitos de subscrição de ações		(58)				(58)
Juros sobre o capital próprio			(43.000)			(43.000)
Resultado líquido do semestre					61.507	61.507
Destinações:						
Reserva legal			2.855		(2.855)	
Reserva estatutária			58.652		(58.652)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	896.983	3.987	14.597	(15.531)		900.036

(1) Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme descrito na nota 3(b).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do semestre e exercício	61.507	72.065
Ajustes ao resultado líquido	(200.984)	(314.352)
Perdas esperadas da carteira de crédito	14.379	28.836
Perdas esperadas de outros ativos financeiros	884	1.824
(Reversão) Provisão para perdas não operacionais		(295)
Depreciação e amortização	2.317	4.656
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e outros investimentos	30	30
Resultado de participações em coligadas e controladas	(7.952)	(1.179)
Ganhos e perdas de capital líquidas	891	891
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27.133)	(14.680)
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(91.060)	(175.298)
Variação cambial de outros ativos e passivos	(91.930)	(164.520)
Pagamentos baseados em ações	52	155
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(1.751)	4.649
Outros	289	579
Resultado líquido ajustado	(139.477)	(242.287)
Variações de ativos e passivos	(5.277)	(77.402)
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(172.676)	84.409
Aplicações em depósitos interfinanceiros	46.831	73.446
Títulos e valores mobiliários	(533.435)	(461.850)
Carteira de crédito	189.918	(15.928)
Depósitos	(87.834)	180.239
Captações no mercado aberto	124.830	(58.849)
Recursos por emissões de letras	36.378	101.671
Instrumentos de dívidas com cláusulas de subordinação	9.257	19.674
Transações de pagamento (Ativos e Passivos)	254.861	21.001
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos e Passivos)	(480)	50.567
Demais ativos e passivos financeiros e não financeiros	127.073	(71.782)
Caixa (aplicado) gerado nas operações	(144.754)	(319.689)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.487)	(5.282)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais (1)	(146.241)	(324.971)
2. Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(84)	(18.905)
Alienação de imobilizado de uso	1.203	1.818
Aquisição de intangível	(14.631)	(28.814)
Alienação de intangível	14.630	23.119
Aumento de capital em controladas	(149.997)	(159.987)
Dividendos recebidos	116	647
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimento (2)	(148.763)	(182.122)
3. Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(62.697)	(62.697)
Direitos de subscrição de ações	(66)	(84)
Emissão de instrumento de dívida elegíveis à capital	5.000	5.000
Liquidação de instrumento de dívida elegíveis à capital	(6.936)	(13.590)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de financiamento (3)	(64.699)	(71.371)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa (1+2+3)	(359.703)	(578.464)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício	1.019.102	1.153.625
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	91.060	175.298
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre e exercício	750.459	750.459
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(359.703)	(578.464)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco BS2 S.A. (“Banco”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que atua como banco múltiplo com carteiras autorizadas de comercial, de câmbio, de crédito, financiamento e investimento. Suas operações concentram-se nos segmentos de serviços bancários digitais, concessão de crédito para empresas, estruturação de direitos creditórios e prestação de serviços de pagamento no modelo *Banking as a Service* (BaaS).

As atividades do Banco são desenvolvidas em conjunto com outras entidades integrantes do Grupo BS2, atuando de forma integrada no mercado financeiro nacional. A principal captação de recursos da instituição provém de depósitos à vista, emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e de recursos por emissões de letras.

O Banco é controlado diretamente pela Bonsucesso Holding Financeira S.A., sendo a instituição líder das operações financeiras do Grupo BS2. Está constituído e domiciliado no Brasil, com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 1.143, 15º andar, Bairro Luxemburgo, Belo Horizonte – MG.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A., referentes à data-base de 31 de dezembro de 2025 para as contas patrimoniais, e ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025 para as contas de resultado. Os valores estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. (“Banco”), que incluem sua dependência no exterior, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas práticas incluem as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do próprio BACEN e o modelo contábil estabelecido no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos e estimativas por parte da Administração na determinação de valores contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como divulgações relacionadas a provisões e contingências. Como consequência, os valores reais podem diferir daqueles estimados. As principais estimativas envolvem: provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para demandas judiciais, realização de ativos fiscais diferidos e mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

O Banco BS2 aderiu à faculdade prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, que dispensa as instituições financeiras da apresentação de informações comparativas nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025.

A autorização para a emissão das presentes demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração do Banco BS2 S.A. em 17 de março de 2026.

(b) Novas normas, alterações e interpretações de normas existentes**(i) Resolução CMN nº 4.966/2021 – Instrumentos financeiros:**

A partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas, que dispõe sobre os critérios para classificação, mensuração, reconhecimento, baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, além de aspectos relacionados à contabilidade de hedge.

A adoção da norma foi realizada de forma prospectiva, sendo que os dispositivos relacionados à contabilidade de *hedge* e ao ajuste a valor presente de instrumentos financeiros reestruturados entrarão em vigor apenas a partir de 1º de janeiro de 2027.

Impactos da adoção do modelo de perdas esperadas

Com a adoção do novo modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, previsto na norma vigente, o Banco BS2 reconheceu, em 1º de janeiro de 2025, um ajuste negativo no patrimônio líquido no montante de R\$ 26.855, antes dos efeitos tributários. Este valor corresponde ao incremento da provisão para perdas com base na estimativa de perdas esperadas durante o prazo de vigência dos ativos financeiros, considerando a situação atual e as expectativas futuras de mercado e de crédito.

Foram considerados, entre outros fatores:

- A probabilidade de inadimplemento dos instrumentos financeiros com base em informações históricas, atuais e previsões macroeconômicas;
- A expectativa de recuperação dos créditos inadimplidos, observando as garantias e colaterais associados, bem como os custos de recuperação estimados;
- A aplicação dos percentuais mínimos de provisão exigidos pela regulamentação vigente conforme o prazo de atraso dos ativos inadimplidos.

Aspectos fiscais

Em relação aos efeitos fiscais decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações introduzidas pela Lei nº 15.078/2024) disciplinou o tratamento tributário aplicável às perdas no recebimento de créditos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2025, passa a ser permitida a dedução, na apuração do Lucro Real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), das perdas incorridas sobre créditos inadimplidos – independentemente da data de sua contratação – desde que observados os percentuais mínimos previstos na regulamentação vigente, com base nos períodos de inadimplemento. Adicionalmente, operações com pessoas jurídicas em processo falimentar ou em recuperação judicial também são passíveis de dedução a partir da data de decretação da falência ou concessão da recuperação judicial.

As perdas sobre créditos inadimplidos existentes em 31 de dezembro de 2024 e ainda não deduzidas fiscalmente até essa data poderão ser apropriadas de forma parcelada, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ao mês, a partir de janeiro de 2026. Alternativamente, as instituições poderão optar, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por realizar essa dedução em 120 parcelas mensais (1/120 ao mês). Essa flexibilização tem por objetivo compatibilizar o tratamento contábil baseado em perdas esperadas com os critérios de reconhecimento fiscal de perdas efetivamente incorridas, promovendo maior alinhamento entre as normas contábeis e fiscais.

Reconciliação adoção inicial Res. 4.966

Ativo	31/12/2024	Reconciliação Res. 4.966 ¹	01/01/2025
Caixa e equivalentes de caixa	1.153.631		1.153.631
Ativos financeiros	8.618.656		8.618.656
Ao valor justo por meio do resultado	873.157		873.157
Títulos e valores mobiliários	797.026		797.026
Instrumentos financeiros derivativos	76.131		76.131
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	886.293		886.293
Títulos e valores mobiliários	886.293		886.293
Ao custo amortizado	6.859.206		6.859.206
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	453.958		453.958
Aplicações em depósitos interfinanceiros	75.680		75.680
Títulos e valores mobiliários	408.366		408.366
Transações de pagamento	898.186		898.186
Carteira de crédito	2.108.145		2.108.145
Outros ativos financeiros	2.914.871		2.914.871
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(58.618)	(21.933)	(80.551)
Ativos fiscais correntes e diferidos	249.236	11.889	261.125
Outros ativos não financeiros	66.032		66.032
Ativos não correntes mantidos para venda	20.097		20.097
Investimentos em participações em coligadas e controladas	454.500	(765)	453.735
Imobilizado de uso	11.017		11.017
Ativos intangíveis	2.216		2.216
Total do ativo	10.516.767	(10.809)	10.505.958

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2024	Reconciliação Res. 4.966 ¹	01/01/2025
Passivos financeiros	9.455.425		9.455.425
Ao custo amortizado	9.421.084		9.421.084
Depósitos	5.012.321		5.012.321
Captações no mercado aberto	435.174		435.174
Recursos por emissões de letras	315.370		315.370
Instrumentos de dívidas com cláusulas de subordinação	147.605		147.605
Obrigações por empréstimos e repasses	112.965		112.965
Outros passivos financeiros	3.397.649		3.397.649
Ao valor justo por meio do resultado	34.341		34.341
Instrumentos financeiros derivativos	34.341		34.341
Provisões	28.873	4.157	33.030
Obrigações fiscais correntes e diferidas	16.602		16.602
Outros passivos não financeiros	121.186		121.186
Patrimônio líquido	894.681	(14.966)	879.715
Total do passivo e do patrimônio líquido	10.516.767	(10.809)	10.505.958

(1) Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

(ii) Resolução CMN nº 4.975/2021 – Arrendamentos

A Resolução CMN nº 4.975/2021 e correlatas recepcionaram os critérios contábeis do modelo único de arrendamentos, exigindo que os contratos sejam reconhecidos, pelo arrendatário, como ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento, ambos mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros.

O Banco BS2 adotou referida norma de forma prospectiva, conforme facultado pelo § 5º da Resolução, a partir de 1º de janeiro de 2025. Dessa forma, os contratos de arrendamento vigentes até 31 de dezembro de 2024 não foram reavaliados, e os efeitos contábeis aplicam-se apenas aos novos contratos firmados ou renegociados a partir da data de vigência da norma. A adoção inicial não gerou impactos nas demonstrações financeiras.

(iii) Resolução CMN nº 5.185/2024

A Resolução CMN nº 5.185/2024 introduziu a obrigatoriedade de elaboração e divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos CBPS 01 e CBPS 02, emitidos pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS. Para instituições não enquadradas nos segmentos S1 ou S2, como o Banco BS2, a obrigatoriedade se aplica a partir do exercício de 2028. O Banco BS2 está avaliando os impactos e as adequações necessárias para o atendimento à referida norma.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O Real é a moeda funcional e de apresentação do Banco, por ser a moeda do principal ambiente econômico no qual opera.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real na data da transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data-base das demonstrações financeiras. As variações cambiais apuradas são reconhecidas no resultado do período.

3. Resumo das principais políticas contábeis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alterações significativas nas práticas contábeis adotadas pelo Banco, exceto aquelas decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança no valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco BS2 para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que origine um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra.

Os instrumentos financeiros do Banco BS2 são mensurados conforme os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e pela Resolução BCB nº 352/2023. A classificação é realizada nas categorias: (i) custo amortizado (CA), (ii) valor justo por meio do resultado (VJR) e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme o modelo de negócio adotado para a gestão dos ativos financeiros e a análise dos fluxos de caixa contratuais, por meio do teste *SPPI* (pagamentos exclusivamente de principal e juros).

Adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021

A adoção inicial ocorreu de forma prospectiva e as diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros foram reconhecidas diretamente em lucros acumulados no montante de R\$ 14.966, em 1º de janeiro de 2025, líquidas dos efeitos fiscais.

Modelos de negócio e classificação dos ativos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros depende: (i) do modelo de negócio para sua gestão: manter para obter fluxos contratuais, obter fluxos e vender, ou outros; (ii) dos termos contratuais que preveem apenas pagamentos de principal e juros (teste *SPPI*).

Categorias contábeis aplicadas:

- **Custo Amortizado (CA):** ativos financeiros cujo modelo de negócio visa a manutenção para obtenção de fluxos de caixa contratuais, representados exclusivamente por pagamentos de principal e juros sobre o valor principal no prazo contratual (Teste de *SPPI*). São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva (TJE), ajustado por eventuais perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativos financeiros mantidos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e para venda, e que atendem ao teste de *SPPI*. As variações no valor justo são registradas em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários, sendo reclassificadas para o resultado quando realizadas.
- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** ativos financeiros que não se enquadram nas categorias anteriores ou que foram designados como tal no reconhecimento inicial. As variações no valor justo são reconhecidas diretamente na Demonstração do Resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros do Banco BS2 são, em sua maioria, mensurados ao custo amortizado, conforme as diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021. No entanto, determinados instrumentos são obrigatoriamente mensurados ao valor justo por meio do resultado, nos termos do artigo 9º da referida norma, incluindo:

- Derivativos classificados como passivos;
- Contratos híbridos com derivativos embutidos que não sejam segregados do instrumento principal;
- Passivos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham sido designados para mensuração ao valor justo por meio do resultado.

Taxa de juros efetiva (TJE)

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente todos os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro ao seu valor contábil bruto no reconhecimento inicial. Esse método é aplicado aos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incorporando todos os fluxos de caixa contratuais, incluindo encargos, prêmios, descontos e custos diretamente atribuíveis à transação.

A partir de 1º de janeiro de 2025, todas as novas operações do Banco BS2 classificadas ao custo amortizado passaram a ser mensuradas com base na taxa de juros efetiva. Para as operações contratadas até 31 de dezembro de 2024, permanece a aplicação da taxa contratual vigente, conforme permitido pelas disposições transitórias da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

A mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros do Banco BS2 é realizada com base em uma hierarquia que reflete o grau de observabilidade das premissas utilizadas na avaliação, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e pela Resolução BCB nº 352/2023:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos, disponíveis na data de mensuração. Inclui instrumentos altamente líquidos, com preços observáveis em bolsas ou plataformas de negociação amplamente reconhecidas, para os quais não se exige qualquer ajuste ou estimativa de valor.
- **Nível 2:** preços de instrumentos similares cotados em mercados ativos ou técnicas de avaliação em que todas as variáveis significativas são baseadas, direta ou indiretamente, em dados observáveis de mercado. Incluem, por exemplo, curvas de juros, preços de ativos similares, taxas de câmbio e volatilidades implícitas obtidas de fontes confiáveis.
- **Nível 3:** técnicas de avaliação em que uma ou mais premissas significativas são baseadas em dados não observáveis de mercado. A mensuração requer julgamento significativo da Administração, sendo utilizada em situações em que não há preços disponíveis em mercados ativos nem dados observáveis suficientes. Esses instrumentos refletem, portanto, premissas internas ou premissas baseadas em informações pouco líquidas.

O Banco BS2 adota critérios consistentes para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, inclusive derivativos, com base em metodologias técnicas amplamente aceitas no mercado, como modelos de fluxo de caixa descontado, precificação por curvas de juros e modelos estatísticos. Tais metodologias consideram as condições vigentes de mercado na data de mensuração, incluindo informações públicas, taxas de mercado, volatilidade, liquidez e prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Para instrumentos financeiros com menor liquidez ou maior complexidade, a determinação do valor justo requer julgamento profissional para definição do modelo de avaliação apropriado, seleção dos inputs e aplicação de ajustes de precificação, quando necessário, especialmente em ativos que apresentam baixa frequência de negociação ou ausência de mercado ativo.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Banco BS2 realiza a avaliação prospectiva da perda de crédito esperada sobre os instrumentos financeiros mensurados ao Custo Amortizado (CA), ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), quando aplicável, bem como sobre

compromissos de crédito não canceláveis e garantias financeiras prestadas, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 352/2023.

A mensuração da perda esperada se baseia em três pilares fundamentais:

- **Ativos financeiros:** calculada pela diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco BS2 espera receber, descontados pela taxa de juros efetiva do contrato;
- **Compromissos de crédito:** baseada no valor presente das perdas estimadas com o uso dos limites disponíveis;
- **Garantias financeiras:** estimada com base no valor presente dos desembolsos esperados com o cumprimento da obrigação garantida.

O Banco adota a metodologia de estágios para segmentação dos ativos de acordo com a deterioração de crédito, conforme segue:

- **Estágio 1:** ativos cujo risco de crédito não sofreu aumento significativo desde o reconhecimento inicial e que estejam com até 30 dias de atraso. Nesse estágio, a provisão corresponde às perdas esperadas para os próximos 12 meses;
- **Estágio 2:** ativos que apresentaram aumento significativo no risco de crédito desde a originação, mesmo sem inadimplência ou com atraso entre 31 e 90 dias. A provisão corresponde à perda esperada para todo o prazo remanescente do ativo;
- **Estágio 3:** ativos considerados problemáticos, ou seja, com atraso superior a 90 dias ou com forte evidência de perda de capacidade de pagamento. Neste estágio, a probabilidade de inadimplemento é considerada integral (100%) e a apropriação de receitas é suspensa (*stop accrual*).

A movimentação entre os estágios é feita de forma dinâmica, com base em critérios quantitativos e qualitativos, conforme regulamentação vigente.

O Banco utiliza modelos internos estatísticos para estimar os parâmetros requeridos pela regulamentação:

- **Probability of Default (PD):** probabilidade de inadimplemento ao longo da vida esperada do ativo;
- **Loss Given Default (LGD):** percentual estimado de perda financeira em caso de inadimplemento;
- **Exposure at Default (EAD):** valor de exposição do Banco no momento da inadimplência;
- **Credit Conversion Factor (CCF):** percentual de conversão de limites de crédito não utilizados em exposições efetivas.

Adicionalmente, são estimados a probabilidade de o instrumento ser classificado como ativo problemático e a expectativa de recuperação do valor do ativo.

O Banco incorpora informações prospectivas por meio de análises de múltiplos cenários econômicos, considerando variáveis como PIB, taxa de juros e desemprego, com o objetivo de refletir adequadamente as expectativas futuras na mensuração da perda esperada. Essa abordagem visa assegurar que o provisionamento reflita não apenas o risco histórico, mas também as condições econômicas futuras.

Nos termos da Resolução BCB nº 352/2023, os ativos inadimplidos (com mais de 90 dias de atraso) são classificados em carteiras específicas para fins de aplicação dos percentuais mínimos de provisão de perdas incorridas:

- C1: créditos com garantia real qualificada ou garantias soberanas;
- C2: créditos com garantias reais ou fidejussórias relevantes;
- C3: créditos com garantias intermediárias ou com seguros;
- C4: créditos com menor grau de cobertura;
- C5: créditos sem garantias ou colaterais expressivos.

Para fins de avaliação coletiva, os instrumentos financeiros são agrupados em grupos homogêneos de risco com base em atributos comuns, tais como modalidade, garantias, estágio de risco, perfil da contraparte, setor econômico e localização geográfica.

Ativos problemáticos e *stop accrual*

Ativos com problema de recuperação são definidos como aqueles com atraso superior a 90 dias ou com forte evidência de que não serão liquidados conforme pactuado. Nestes casos, o Banco interrompe a apropriação de receitas ainda não recebidas (*stop accrual*), retomando a apropriação somente após regularização.

As rendas não reconhecidas durante o período em que o ativo estiver classificado como problemático são registradas como rendas represadas. Quando o ativo deixa de ser considerado problemático, as rendas são apropriadas ao resultado proporcionalmente (*pro rata temporis*).

Baixa e *write-off*

A baixa de ativos financeiros é realizada quando há extinção dos direitos de recebimento ou transferência substancial dos riscos e benefícios associados, nos termos das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023. O *write-off* é realizado quando não há uma expectativa razoável de recuperação do ativo. Nesse momento, o ativo é baixado e, simultaneamente, a provisão para perdas esperadas relacionada é revertida.

Renegociação e reestruturação

Renegociação: alteração de termos e condições contratuais sem concessões significativas;

Reestruturação: renegociação com concessões relevantes ao cliente em decorrência da deterioração de crédito. Até dezembro de 2026, conforme facultado pela Resolução CMN nº 5.146/24, o Banco poderá utilizar a nova taxa pactuada (e não a taxa efetiva original) para cálculo do valor presente dos fluxos renegociados.

Instrumentos financeiros derivativos e operações de câmbio

Os instrumentos financeiros derivativos são contratos cujo valor se altera em função de uma variável subjacente, como taxa de juros, taxa de câmbio, preços de ações ou índices. Na data de contratação, esses instrumentos são classificados de acordo com a intenção da Administração do Banco quanto à sua finalidade: para negociação (*trading*) ou como instrumento de proteção (*hedge accounting*).

Todos os derivativos são mensurados ao valor justo, sendo as variações de valor reconhecidas diretamente no resultado do período, independentemente da finalidade da operação, exceto nos casos em que há designação formal de *hedge* contábil.

O Banco adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na modalidade de *hedge* de valor justo, para determinadas operações com derivativos que visam mitigar riscos de exposição, principalmente cambial e de taxas de juros. Essa designação é formalizada na data de contratação do *hedge*, contendo a identificação clara do instrumento financeiro derivativo, do item objeto da proteção, dos objetivos de gestão de risco e da estratégia de *hedge*.

Os instrumentos e os itens protegidos são mensurados ao valor justo. Os efeitos da variação no valor justo da parcela efetiva do *hedge* são reconhecidos no resultado. Caso o *hedge* seja descontinuado, os ajustes acumulados no valor contábil do item protegido são amortizados ao longo do prazo remanescente da operação.

Para avaliação da efetividade da proteção, o Banco aplica metodologias reconhecidas no mercado, como o método DV01 (*Delta Value of One Basis Point*), que mensura a sensibilidade do valor presente de fluxos de caixa a pequenas variações nas taxas de juros. Os testes de efetividade são realizados periodicamente e documentados em conformidade com os requerimentos normativos.

As operações de *hedge* são contratadas com instituições financeiras de primeira linha e registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3). A determinação do valor justo é realizada por meio de técnicas de modelagem, como o fluxo de caixa descontado, utilizando premissas de mercado observáveis.

O Banco utiliza instrumentos derivativos como contratos futuros de DI1, com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros associado a suas posições ativas e passivas. Estes contratos são liquidados diariamente com base no valor justo de mercado (*mark-to-market*), e os ajustes são registrados em contas de ativo ou passivo conforme a natureza da variação diária, com liquidação financeira no dia útil subsequente (D+1).

Também são utilizadas operações de *swap* para mitigar a exposição cambial, especialmente em instrumentos financeiros atrelados a moedas estrangeiras. A mensuração do valor justo dos *swaps* é feita com base em curvas de mercado e spreads aplicáveis a cada contraparte, considerando premissas técnicas consistentes.

Conforme as disposições da Resolução CMN nº 4.966/2021 e da Resolução BCB nº 277/2022, a partir de 1º de janeiro de 2025, todas as operações integrantes da carteira de câmbio do Banco passaram a ser mensuradas ao valor justo, com os efeitos das variações reconhecidos diretamente no resultado do período. Esta mensuração compreende:

- Posições ativas e passivas em moedas estrangeiras;
- Operações próprias e de clientes;
- Compromissos de liquidação futura;
- Instrumentos financeiros derivativos vinculados à exposição cambial.

As transações são registradas com base no regime de competência, refletindo a essência econômica das operações. A prática de valor justo tem como objetivo aumentar a transparência na demonstração do risco de mercado, bem como promover a comparabilidade e relevância das informações contábeis, em alinhamento com as melhores práticas internacionais de contabilidade financeira.

A nova abordagem também reforça o compromisso do Banco com a adoção de modelos prudenciais mais aderentes às normas do Banco Central do Brasil, e está em conformidade com o arcabouço conceitual das demonstrações financeiras, conforme previsto nas normas vigentes.

Precatórios

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Poder Judiciário para cobrar valores devidos por municípios, estados, União, autarquias e fundações após condenação judicial definitiva. O Banco adquire precatórios após uma análise detalhada das regulamentações vigentes, do estoque de dívida e do histórico de pagamento de cada ente devedor. Adicionalmente, cada ativo é minuciosamente estudado quanto às questões processuais e à avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios considera a previsibilidade de recebimento atrelada a um deságio que reflete a rentabilidade esperada durante o fluxo previsto para liquidação. É importante notar que o fluxo de recebimento pode divergir da previsão inicial devido, por exemplo, à consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores.

Historicamente, o valor contábil dos precatórios era calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, além dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, conforme a legislação. No entanto, em outubro de 2023, o Banco Central do Brasil (BACEN) se manifestou contrário à apropriação mensal da renda relativa ao deságio para esses ativos, alegando a ausência de regulamentação específica do Conselho Monetário Nacional (CMN) ou do próprio BACEN. Assim, determinou que esses ativos devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor justo.

Como consequência dessa orientação, o BACEN exigiu o estorno linear do deságio apropriado nos exercícios de 2022 e 2023, com prazo limite até o final do exercício de 2025.

(c) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do Banco BS2 é composta por tributos correntes, que são recuperados ou pagos no período aplicável, e por tributos diferidos, representados pelos ativos e passivos fiscais diferidos. Estes últimos decorrem de diferenças temporárias entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos da instituição ao final de cada período.

Os ativos fiscais diferidos podem surgir de diferenças temporárias dedutíveis que serão recuperadas em períodos futuros, bem como de prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL que poderão ser compensados futuramente. A realização esperada desses ativos fiscais diferidos é estimada com base em projeções de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos internos, considerando o histórico de rentabilidade do Banco. As projeções de lucros tributáveis futuros levam em conta premissas como variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, volume de operações financeiras e de serviços, além de informações internas de negócios, as quais podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Os principais julgamentos envolvidos no reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos incluem a identificação das diferenças temporárias e a avaliação da probabilidade de geração de lucro tributável futuro contra o qual o ativo fiscal diferido poderá ser utilizado.

(d) Outros ativos não financeiros

Os outros ativos não financeiros do Banco são demonstrados pelo valor de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data-base, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor realizável.

(e) Ativos não correntes mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda referem-se, predominantemente, a imóveis recebidos em dação em pagamento. Esses ativos são mensurados, na data de sua classificação nessa categoria, pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo deduzido dos custos estimados de venda. A avaliação de eventual redução do valor recuperável é realizada periodicamente, com base em laudos de avaliadores independentes e/ou análises internas fundamentadas em premissas definidas pela Administração do Banco.

(f) Investimentos em participações em coligadas e controladas

Os investimentos em participações em coligadas e controladas são registrados inicialmente pelo valor de custo e, posteriormente, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base na participação no patrimônio líquido das investidas. As variações no patrimônio das coligadas e controladas que impactam o resultado são refletidas na demonstração do resultado, enquanto os dividendos recebidos reduzem o valor contábil do investimento.

(g) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso do Banco incluem os bens próprios da instituição e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que ambos sejam utilizados nas atividades do Banco por período superior a um exercício social. Esses ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor de custo, que abrange o preço de aquisição ou construção, impostos não recuperáveis e custos diretamente atribuíveis para que o ativo possa operar. Posteriormente, o valor de custo é ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), se necessário.

A depreciação desses ativos é calculada e reconhecida mensalmente, distribuindo sistematicamente o valor depreciável ao longo da sua vida útil estimada. O valor depreciável é a diferença entre o custo do ativo e seu valor residual, que representa o montante estimado que a instituição obteria com a venda do ativo ao final de sua vida útil, já deduzidas as despesas de venda. A seguir, apresentamos as vidas úteis estimadas para as principais categorias do imobilizado de uso:

Item	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2, 4 e 6 anos
Equipamentos de processamento de dados	6 anos
Equipamentos de comunicação e de segurança	6 e 10 anos
Veículos	3 anos
Mobiliário	10 anos

(h) Ativos intangíveis

Os Ativos Intangíveis do Banco referem-se aos ativos não monetários identificáveis, sem substância física, que foram adquiridos ou desenvolvidos pela instituição e são destinados à manutenção ou ao exercício de suas atividades. No Banco, o Intangível é composto principalmente por softwares registrados ao custo.

A amortização desses softwares é reconhecida mensalmente, de forma sistemática, ao longo da sua vida útil estimada. Essa amortização representa a alocação do valor amortizável do ativo durante o período em que se espera que ele gere benefícios econômicos para o Banco. A seguir, apresentamos as vidas úteis estimadas para os principais ativos intangíveis:

Item	Vida útil
Sistemas de processamento de dados adquiridos	Entre 2 e 10 anos

(i) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de ativos e passivos contingentes são realizados em conformidade com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e as normas aplicáveis do Banco Central do Brasil, conforme as seguintes diretrizes:

Ativos Contingentes: O Banco não reconhece ativos contingentes, a menos que existam evidências suficientes que assegurem um elevado grau de confiabilidade de sua realização. Isso geralmente ocorre quando há trânsito em julgado de uma ação judicial e a capacidade de recuperação do valor é confirmada, seja por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos Contingentes: Referem-se, em sua maioria, a processos judiciais e administrativos, como ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos, que são inerentes às operações normais do Banco e movidos por terceiros, ex-funcionários ou órgãos públicos. A avaliação dessas contingências é realizada por assessores legais, considerando a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e a possibilidade de o montante dessas obrigações ser estimado com suficiente segurança. Para fins de classificação e reconhecimento:

- Prováveis: Provisões são constituídas.
- Possíveis: São apenas divulgadas nas notas explicativas, sem constituição de provisão.
- Remotas: Não requerem provisão nem divulgação.

Os valores dessas contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitem uma mensuração adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

(j) Outros passivos não financeiros

Outros passivos não financeiros referem-se às obrigações do Banco, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis. Incluem, quando aplicável, os encargos incorridos calculados em base *pro rata*, e são apresentados pelos seus valores líquidos.

(k) Apuração do resultado

O resultado do Banco é apurado pelo regime contábil de competência. Ele é ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis, e pelos tributos diferidos (ativos e passivos fiscais diferidos) que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(l) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias são reconhecidas pelo Banco quando os serviços são fornecidos ou disponibilizados aos clientes. O valor reconhecido reflete a contraprestação que o Banco espera receber em troca desses serviços. Custos incrementais, quando relevantes, são ativados e apropriados ao resultado ao longo do prazo esperado do contrato.

(m) Eventos subsequentes

Eventos Subsequentes são aqueles que ocorrem entre a data-base das demonstrações financeiras e a data em que a emissão dessas demonstrações foi autorizada pela administração. Eles se dividem em duas categorias:

- Eventos que geram ajustes: São eventos que fornecem evidências de condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento desses eventos requer ajustes nos valores de ativos e passivos ou o reconhecimento de itens não previamente registrados.
- Eventos que não geram ajustes: São eventos que indicam condições que surgiram após a data-base das demonstrações financeiras. Esses eventos, se materiais, são divulgados nas notas explicativas, mas não resultam em ajustes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(n) Resultados recorrentes e não recorrentes

O Banco BS2 define como resultado não recorrente aquele que não está diretamente relacionado ou está incidentalmente conectado às suas atividades operacionais típicas, e que não se espera que ocorra com frequência em exercícios futuros.

No período, o Banco BS2 apurou resultado não recorrente de R\$ 1.570, referente à receita com cessão de operações de crédito, líquido dos efeitos tributários.

(o) Informações da dependência no exterior

A dependência do Banco BS2 em *Cayman Islands* opera sob licença, devidamente registrada conforme a lei de bancos e companhias fiduciárias locais. Esta dependência está autorizada a realizar negócios bancários, focando substancialmente na captação de depósitos à vista de clientes brasileiros, que podem acessar seus recursos por meio de cartão de débito internacional.

A posição financeira resumida da dependência no exterior, convertida pela taxa de câmbio vigente na data do balanço e incluída nas demonstrações financeiras, é demonstrada a seguir (antes de eliminações de transações com partes relacionadas):

	31/12/2025
Ativo	187.206
Caixa e equivalentes de caixa - Disponibilidades	73.093
Instrumentos financeiros	114.066
Instrumentos financeiros derivativos	1.564
Carteira de crédito	37.077
Outros ativos financeiros	75.425
Outros ativos não financeiros	47
Passivo	187.206
Passivos financeiros	183.426
Depósitos	141.335
Instrumentos financeiros derivativos	17.650
Outros passivos financeiros	24.441
Patrimônio líquido	3.780
Resultado líquido do período	(13.364)

4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalente de caixa do Banco BS2 está assim representada:

	31/12/2025
Depósitos voluntários no Banco Central do Brasil	300.000
Disponibilidades e depósitos em moedas estrangeiras	397.801
Aplicações interfinanceiras de liquidez	50.584
Reservas livres no Banco Central do Brasil	2.002
Caixa e depósitos bancários	72
Total	750.459

5. Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

A composição de depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil do Banco BS2, classificadas como custo amortizado e no estágio 1 está assim representada:

	31/12/2025
Depósitos de conta de pagamento instantâneo	340.974
Depósitos de moeda eletrônica	16.000
Reservas em moeda nacional	12.574
Total - Circulante	369.548

6. Aplicações em depósitos interfinanceiros

A composição das aplicações em depósitos interfinanceiros do Banco BS2, classificadas como custo amortizado e no estágio 1, está assim representada:

	31/12/2025
Aplicações em moedas estrangeiras	2.234
Total - Circulante	2.234

7. Títulos e valores mobiliários

A composição de títulos e valores mobiliários do Banco BS2 está representada a seguir.

(a) Resumo

	31/12/2025
Livres	1.498.013
Letras financeiras do tesouro - LFT	330.884
Notas do tesouro nacional - NTN	351.301
Cotas de fundos de investimentos	721.805
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	75.830
Ações de companhias fechadas	9.040
Debêntures	9.153
Vinculado a operações compromissadas	376.795
Letras financeiras do tesouro - LFT	376.795
Vinculado a prestação de garantias	295.142
Letras financeiras do tesouro - LFT	295.142
Total	2.169.950
Circulante	1.017.248
Não circulante	1.152.702
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(9.444)
Total líquido	2.160.506

Em 31 de dezembro de 2025, os títulos e valores mobiliários do Banco BS2 estão classificados no estágio 1, com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 9.040 para ações de companhias fechadas, de R\$ 401 para certificados de recebíveis imobiliários e de R\$ 3 para debêntures.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informado pelos administradores, o qual reflete a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os títulos públicos federais são marcados a mercado utilizando a cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

(b) Classificação dos títulos e valores mobiliários

	31/12/2025							
	Custo	Ajustes a mercado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Ao custo amortizado	9.153		9.153			9.153		
Debêntures	9.153		9.153			9.153		
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	274.765	(9.070)	265.695				218.787	46.908
Letras financeiras do tesouro - LFT								
Notas do tesouro nacional - NTN	231.332	(12.545)	218.787				218.787	
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	43.433	3.475	46.908					46.908
Ao valor justo por meio do resultado	1.820.962	74.140	1.895.102	730.845	144.736	132.514	858.085	28.922
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.002.853	(32)	1.002.821		144.736		858.085	
Notas do tesouro nacional - NTN	132.463	51	132.514			132.514		
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	26.656	2.266	28.922					28.922
Cotas de fundos de investimentos	649.950	71.855	721.805	721.805				
Ações de companhias fechadas	9.040		9.040	9.040				
Total	2.104.880	65.070	2.169.950	730.845	144.736	141.667	1.076.872	75.830

8. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco BS2 utiliza instrumentos financeiros derivativos principalmente para mitigar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, buscando reduzir descasamentos de prazos e volumes financeiros.

Eventualmente, o Banco também realiza operações com derivativos para obter ganhos, quando identifica oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco BS2 possuía contratos de derivativos envolvendo operações de *Swap*, futuros e a termo, visando mitigar a exposição a moedas estrangeiras. Adicionalmente, detinha um prêmio de opção de ações a ser exercido a partir de dezembro de 2026.

Conforme as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, as operações de câmbio passaram a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações é sensível a variações em fatores como taxas de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banco BS2 registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

A seguir, apresentamos a posição dos instrumentos financeiros derivativos do Banco BS2 com seus valores marcados a mercado:

	31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativo - total a receber	38.187	94	38.281
Contratos de câmbio - compra de moeda estrangeira	1.511		1.511
Contratos de câmbio - venda de moeda estrangeira	328		328
Operações de <i>swap</i>		94	94
Compras a termo a receber	10.861		10.861
Vendas a termo a receber	22.487		22.487
Opções de compra de ações	3.000		3.000
Passivo - total a pagar	(47.058)		(47.058)
Contratos de câmbio - compra de moeda estrangeira	(13)		(13)
Contratos de câmbio - venda de moeda estrangeira	(6.349)		(6.349)
Compras a termo a pagar	(34.016)		(34.016)
Vendas a termo a entregar	(6.680)		(6.680)
Valor líquido	(8.871)	94	(8.777)

9. Transações de pagamento

As transações de pagamento do Banco BS2 referem-se principalmente aos créditos antecipados a credenciadores de cartões e a estabelecimentos comerciais. A seguir, demonstramos a sua composição por vencimento:

	31/12/2025
A vencer até 90 dias	638.230
A vencer de 91 a 180 dias	182.580
A vencer de 181 a 360 dias	56.762
A vencer acima de 360 dias	56
Total	877.628
Circulante	877.572
Não circulante	56
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.078)
Total líquido	875.550

10. Carteira de crédito

A composição da carteira de crédito do Banco BS2 está representada a seguir.

(a) Classificação por produto

	31/12/2025
Capital de giro	1.346.591
Títulos com características de crédito	711.823
Financiamento à exportação, importação e ACC	163.780
Precatórios	85.789
Conta garantida	70.328
Risco sacado	70.901
Financiamentos imobiliários	27.378
Desconto de títulos	15.702
CDC - Pessoas jurídicas	15.072
Cheque especial	17.084
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	10.372
Crédito pessoal	6.035
Diversos	1.085
Total	2.541.940
Circulante	1.582.198
Não circulante	959.742
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ¹	(117.038)
Total líquido	2.424.902

(1) Abertura da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito na nota 10 (f).

(b) Classificação por prazo

	31/12/2025
Total de parcelas a vencer	2.422.780
A vencer com prazo indeterminado	85.789
A vencer até 90 dias	477.740
A vencer de 91 a 180 dias	390.310
A vencer de 181 a 360 dias	514.662
A vencer acima de 360 dias	954.279
Total de parcelas vencidas	119.160
Vencidas até 90 dias	45.237
Vencidas de 91 a 180 dias	19.086
Vencidas de 181 a 360 dias	33.076
Vencidas acima de 360 dias	21.761
Total	2.541.940

(c) Classificação por setor de atividade

	31/12/2025
Comercio varejista	483.893
Serviços	361.306
Imobiliário	356.142
Indústria	343.890
Agronegócio	285.320
FINCORP	226.597
Infraestrutura	188.751
Administração pública	85.789
Transporte	85.093
Instituições financeiras	45.985
Mineração	44.731
Pessoa física	34.443
Total	2.541.940

(d) Concentração da carteira

	31/12/2025	
	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	335.218	13,19
20 maiores devedores	377.675	14,86
50 maiores devedores	430.268	16,93
100 maiores devedores	429.173	16,88
Outros	969.606	38,14
Total	2.541.940	100,00

(e) Classificação por estágios

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferido para estágio 2	Transferido para estágio 3 ¹	Transferido do estágio 2	Transferido do estágio 3	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	1.186.165	(82.349)	(93.720)	10.998	6.011		43.941	1.071.046
Títulos com características de crédito	395.974	(3.880)	(15.366)				304.462	681.190
Financiamento à exportação, importação e ACC	300.544		(4.887)				(151.987)	143.670
Precatórios	336.559						(250.770)	85.789
Conta garantida	95.123	(715)	(805)				(28.347)	65.256
Risco sacado	116.652		(223)				(46.639)	69.790
Financiamentos imobiliários	20.545						6.833	27.378
Desconto de títulos	15.330						(5.485)	9.845
CDC - Pessoas jurídicas	20.227						(5.155)	15.072
Cheque especial	5.233	(33)	(836)				9.461	13.825
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	10.628						(256)	10.372
Crédito pessoal	7.054		(98)				(1.258)	5.698
Diversos	6.152		(562)				(5.536)	54
Total	2.516.186	(86.977)	(116.497)	10.998	6.011		(130.736)	2.198.985

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferido para estágio 1	Transferido para estágio 3	Transferido do estágio 1	Transferido do estágio 3	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	33.355	(10.998)	(9.389)	82.349			36.068	131.385
Títulos com características de crédito				3.880			4.436	8.316
Financiamento à exportação, importação e ACC							544	544
Precatórios								
Conta garantida				715			1.865	2.580
Risco sacado	145		(145)				224	224
Financiamentos imobiliários								
Desconto de títulos	5						455	460
CDC - Pessoas jurídicas	87						(87)	
Cheque especial	20		(13)	33			415	455
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros								
Crédito pessoal	157						(15)	142
Diversos	15		(12)				2	5
Total	33.784	(10.998)	(9.559)	86.977			43.907	144.111

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferido para estágio 1	Transferido para estágio 2	Transferido do estágio 1	Transferido do estágio 2	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	87.893	(6.011)		93.720	9.389		(40.831)	144.160
Títulos com características de crédito	7.605			15.366			(654)	22.317
Financiamento à exportação, importação e ACC	1.980			4.887			12.699	19.566
Precatórios								
Conta garantida				805			1.687	2.492
Risco sacado	487			223	145		32	887
Financiamentos imobiliários								
Desconto de títulos	507						4.890	5.397
CDC - Pessoas jurídicas								
Cheque especial	697			836	13		1.258	2.804
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros								
Crédito pessoal				98			97	195
Diversos	269			562	12		183	1.026
Total	99.438	(6.011)		116.497	9.559		(20.639)	198.844

Total dos 3 estágios	Saldo em 01/01/2025	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	1.307.413		39.178	1.346.591
Títulos com características de crédito	403.579		308.244	711.823
Financiamento à exportação, importação e ACC	302.524		(138.744)	163.780
Precatórios	336.559		(250.770)	85.789
Conta garantida	95.123		(24.795)	70.328
Risco sacado	117.284		(46.383)	70.901
Financiamentos imobiliários	20.545		6.833	27.378
Desconto de títulos	15.842		(140)	15.702
CDC - Pessoas jurídicas	20.314		(5.242)	15.072
Cheque especial	5.950		11.134	17.084
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	10.628		(256)	10.372
Crédito pessoal	7.211		(1.176)	6.035
Diversos	6.436		(5.351)	1.085
Total	2.649.408		(107.468)	2.541.940

(1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2

(f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da carteira de crédito

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferido para estágio 2	Transferido para estágio 3 ¹	Transferido do estágio 2	Transferido do estágio 3	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	(16.967)	931	2.308	(747)	(1.175)		4.734	(10.916)
Títulos com características de crédito	(3.280)	46	127				(869)	(3.976)
Financiamento à exportação, importação e ACC	(7.013)		121				4.973	(1.919)
Precatórios	(164)						119	(45)
Conta garantida	(4.067)	59	83				2.379	(1.546)
Risco sacado	(941)		3				633	(305)
Financiamentos imobiliários	(96)						(193)	(289)
Desconto de títulos	(343)						(165)	(508)
CDC - Pessoas jurídicas	(288)						93	(195)
Cheque especial	(414)	2	68				(632)	(976)
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	(38)						18	(20)
Crédito pessoal	(110)		1				38	(71)
Diversos	(58)		1				57	
Total	(33.779)	1.038	2.712	(747)	(1.175)		11.185	(20.766)

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferido para estágio 1	Transferido para estágio 3	Transferido do estágio 1	Transferido do estágio 3	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	(1.449)	747	480	(931)			(2.591)	(3.744)
Títulos com características de crédito				(46)			(209)	(255)
Financiamento à exportação, importação e ACC							(51)	(51)
Precatórios								
Conta garantida				(59)			(257)	(316)
Risco sacado	(1)		1				(55)	(55)
Financiamentos imobiliários								
Desconto de títulos	(1)						(126)	(127)
CDC - Pessoas jurídicas	(3)						3	
Cheque especial	(6)		2	(2)			(71)	(77)
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros								
Crédito pessoal	(2)							(2)
Diversos								
Total	(1.462)	747	483	(1.038)			(3.357)	(4.627)

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferido para estágio 1	Transferido para estágio 2	Transferido do estágio 1	Transferido do estágio 2	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	(42.530)	1.175		(2.308)	(480)		(16.963)	(61.106)
Títulos com características de crédito	(6.945)			(127)			(2.750)	(9.822)
Financiamento à exportação, importação e ACC	(1.980)			(121)			(8.912)	(11.013)
Precatórios								
Conta garantida				(83)			(1.125)	(1.208)
Risco sacado	(406)			(3)	(1)		(389)	(799)
Financiamentos imobiliários								
Desconto de títulos	(404)						(3.910)	(4.314)
CDC - Pessoas jurídicas								
Cheque especial	(670)			(68)	(2)		(1.584)	(2.324)
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros								
Crédito pessoal				(1)			(194)	(195)
Diversos	(264)			(1)			(599)	(864)
Total	(53.199)	1.175		(2.712)	(483)		(36.426)	(91.645)

Total dos 3 estágios	Saldo em 01/01/2025	Write Off	Aquisições (Liquidações)	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	(60.946)		(14.820)	(75.766)
Títulos com características de crédito	(10.225)		(3.828)	(14.053)
Financiamento à exportação, importação e ACC	(8.993)		(3.990)	(12.983)
Precatórios	(164)		119	(45)
Conta garantida	(4.067)		997	(3.070)
Risco sacado	(1.348)		189	(1.159)
Financiamentos imobiliários	(96)		(193)	(289)
Desconto de títulos	(748)		(4.201)	(4.949)
CDC - Pessoas jurídicas	(291)		96	(195)
Cheque especial	(1.090)		(2.287)	(3.377)
Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros	(38)		18	(20)
Crédito pessoal	(112)		(156)	(268)
Diversos	(322)		(542)	(864)
Total	(88.440)		(28.598)	(117.038)

(1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2

11. Outros ativos financeiros

A composição de outros ativos financeiros do Banco BS2 está assim representada:

	31/12/2025
Negociação e intermediação de valores	78.798
Valores a receber decorrentes de precatórios da própria instituição	620
Valores a receber de sociedades ligadas ¹	2.026
Rendas a receber	687
Diversos	876
Total - Circulante	83.007
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(586)
Total líquido	82.421

(1) As operações realizadas com partes relacionadas estão detalhadas na nota 36.

12. Ativos e passivos fiscais

(a) Ativos fiscais correntes

Ativos fiscais correntes refere-se a impostos e contribuições a compensar conforme abaixo:

	31/12/2025
IRPJ a compensar	76.995
CSLL a compensar	12.843
Outros impostos e contribuições a compensar	93
Total	89.931
Circulante	92
Não circulante	89.839

(b) Ativos fiscais diferidos

O Banco adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas desde que haja perspectiva de recuperação. Os saldos dos créditos tributários apresentam-se como segue:

	31/12/2025
Diferença temporária - Perdas esperadas	52.862
Diferença temporária - Provisões passivas	34.626
Diferença temporária - Marcação a mercado	18.905
Diferença temporária - Outros	12.786
Prejuízo fiscal acumulado - Imposto de Renda	45.705
Base negativa - CSLL	40.764
Total - Não circulante	205.648

A seguir demonstramos a movimentação dos créditos tributários:

	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	90.989	87.350	178.339
Constituição	74.759		74.759
Utilização	(46.569)	(881)	(47.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	119.179	86.469	205.648

Os créditos tributários estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais.

Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções aprovadas pela Administração e elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

	Valor contábil	Valor presente
2026	78.088	67.902
2027	54.168	40.959
2028	40.885	26.883
2029	23.095	13.205
2030	9.412	4.680
Total	205.648	153.629

(c) Obrigações fiscais correntes e diferidos

A composição de obrigações fiscais correntes e diferidos do Banco BS2 está assim representada:

	31/12/2025
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	7.912
Impostos e contribuições a recolher	12.308
Provisão para impostos e contribuições diferidos	12.793
Total	33.013
Circulante	20.220
Não circulante	12.793

13. Outros ativos não financeiros

A composição de outros ativos não financeiros do Banco BS2 está assim representada:

	31/12/2025
Despesas antecipadas	18.072
Devedores por depósitos em garantia ¹	12.899
Deságio na colocação de títulos	6.653
Adiantamentos salariais e a terceiros	1.337
Adiantamentos para meios de pagamentos	1.630
Diversos	6.507
Total	47.098
Circulante	29.357
Não circulante	17.741

(1) Os valores referentes a devedores por depósitos em garantia estão detalhados na nota 21(a).

14. Investimentos em participações em coligadas e controladas

A composição de investimentos em participações em coligadas e controladas do Banco BS2 está assim representada:

	31/12/2025
Participações em coligadas e controladas (a)	612.394
Ágio na aquisição de participação societária (b)	1.902
Total	614.296

(a) Informações das coligadas e controladas

	BS2 Payments ¹	BS Tecnologia	IPG Holding Financeira	BS2 Asset	CIP S.A. (Núcleo)	Total
Quantidade de quotas ou ações possuídas	49.678.565	120.879.000	20.902.962	599.988	19.226	
% de participação	99,998	99,900	51,500	99,998	0,036	
Patrimônio líquido	396.566	182.139	56.384	4.264	1.847.871	
Resultado do exercício	(22.471)	22.159	(164)	1.932	634.174	
Valor do investimento em 1º de janeiro de 2025	269.466	149.829	29.543	2.348	1.127	452.313
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	(22.470)	22.137	(179)	1.930	(239)	1.179
Aumento de capital	149.997	9.990				159.987
Ganhos (Perdas) de capital líquidas				(16)		(16)
Dividendos e JCP			(433)		(214)	(647)
Outros	(435)		13			(422)
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2025	396.558	181.956	28.944	4.262	674	612.394

(1) Em junho de 2025 o Banco Central do Brasil aprovou a alteração da denominação social da Adiq Instituição de Pagamento S.A. para BS2 Payments Instituição de Pagamento S.A..

(b) Ágio na aquisição de participação societária

	31/12/2025
O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	19.167
Diferença entre o valor justo e o valor contábil	2.152
Principal	3.912
Tributos	(1.760)
Ativos e passivos não registrados na investida	1.294
Principal	2.353
Tributos	(1.059)
Total	22.613
Goodwill transferido para patrimônio líquido	(19.167)
Amortização acumulada diferença entre o valor justo e o valor contábil	(1.148)
Principal	(2.086)
Tributos	938
Amortização acumulada ativos e passivos não registrados na investida	(396)
Principal	(721)
Tributos	325
Saldo final	1.902

15. Imobilizado de uso

A composição do imobilizado de uso do Banco BS2 está assim representada:

	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	17.380	15.591	8.544	41.515
Adição	15.351	2	3.552	18.905
Baixas	(940)	(4.089)	(2.811)	(7.840)
Transferências	3.560		(2.865)	695
Redução no valor recuperável			(29)	(29)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	35.351	11.504	6.391	53.246
Depreciação acumulada				
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(15.703)	(11.744)	(3.051)	(30.498)
Despesa de depreciação	(1.467)	(1.597)	(526)	(3.590)
Baixas	814	3.515	1.693	6.022
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(16.356)	(9.826)	(1.884)	(28.066)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	18.995	1.678	4.507	25.180

16. Ativos intangíveis

A composição dos ativos intangíveis do Banco BS2 está assim representada:

	Sistemas adquiridos	Sistemas gerados internamente	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 1º de janeiro de 2025	28.560		28.560
Adição	5.000	23.814	28.814
Baixas		(23.119)	(23.119)
Transferências		(695)	(695)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	33.560		33.560
Depreciação acumulada			
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(26.344)		(26.344)
Despesa de amortização	(1.066)		(1.066)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(27.410)		(27.410)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	6.150		6.150

17. Depósitos, captações no mercado aberto e recursos por emissões de letras

A composição de depósitos, captações no mercado aberto e recursos por emissões de letras do Banco BS2 está assim representada:

	31/12/2025					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos	1.187.591	374.969	1.767.543	1.657.511	204.946	5.192.560
Depósitos à vista	1.180.467					1.180.467
Outros depósitos	7.124					7.124
Depósitos interfinanceiros		4.803	3.484			8.287
Depósitos a prazo		370.166	1.764.059	1.657.511	204.946	3.996.682
Captações no mercado aberto		376.324				376.324
Letras financeiras do tesouro - LFT		376.324				376.324
Recursos por emissões de letras		120.193	100.507	196.341		417.041
Letras de crédito imobiliário		119.920	61.457	337		181.714
Letras de crédito do agronegócio		273	24.709	1.016		25.998
Letras financeiras			14.341	194.988		209.329
Total	1.187.591	871.486	1.868.050	1.853.852	204.946	5.985.925

18. Instrumentos de dívidas com cláusulas de subordinação

Os instrumentos de dívidas com cláusulas de subordinação são compostos por letras financeiras subordinadas e estão apresentados conforme abaixo:

Taxa anual	Emissão	Vencimento	31/12/2025
PRÉ 9,88%	2020	2026	681
100% IPCA + 2,99%	2021	2027	499
100% IPCA + 5,98%	2021	2027	997
100% IPCA + 6,17%	2021	2027	8.400
100% IPCA + 6,18%	2021	2027	840
100% IPCA + 6,23%	2021	2027	502
100% IPCA + 6,27%	2021	2027	503
100% IPCA + 6,28%	2021	2027	1.352
100% IPCA + 6,38%	2021	2027	1.016
100% IPCA + 6,47%	2021	2027	1.520
100% IPCA + 6,48%	2021	2027	1.018
100% IPCA + 6,58%	2021	2027	1.027
100% IPCA + 6,68%	2021	2027	12.201
100% IPCA + 5,77%	2022	2028	64.899
140% CDI	2022	2028	47.326
PRÉ 10,86%	2022	2028	10.823
100% CDI	2025	2031	5.085
Total			158.689
Circulante			681
Não circulante			158.008

19. Obrigações por empréstimos e repasses

A composição de obrigações por empréstimos e repasses do Banco BS2 está assim representada:

	31/12/2025
Empréstimos no exterior ¹	169.662
Total - Circulante	169.662

(1) Os empréstimos no exterior estão representados, basicamente, por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio, incorrendo variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros e taxas.

20. Outros passivos financeiros

A composição de outros passivos financeiros do Banco BS2 está assim representada:

	31/12/2025
Obrigações em moeda estrangeira	247.722
Remuneração do capital a pagar	1.664
Relações interdependências e interfinanceiras	122
Negociação e intermediação de valores	785
Recursos em trânsito de terceiros	299
Valores a pagar a sociedades ligadas ¹	604
Total - Circulante	251.196

(1) As operações realizadas com partes relacionadas estão detalhadas na nota 36.

21. Provisões

A composição das provisões do Banco BS2 está assim representada:

	31/12/2025
Provisões para contingências (a)	35.836
Provisão para compromissos de crédito e garantias financeiras prestadas (b)	4.256
Total	40.092
Circulante	3.717
Não circulante	36.375

(a) Provisões para contingências

A Administração do Banco revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente, sendo que em 31 de dezembro de 2025 totalizavam R\$ 2.283.

As contingências cíveis são, em sua maioria, decorrentes de demandas de natureza consumerista, nas quais clientes alegam insatisfação ou divergências nas relações contratadas com o BS2, pleiteando indenizações de caráter material e/ou moral.

A provisão para perdas desses processos é constituída individualmente, com base na análise e classificação de risco realizadas pelos escritórios terceirizados e validadas pelo departamento jurídico interno. Essa avaliação considera a narrativa dos autos, os pedidos formulados, a análise fática e documental, bem como os entendimentos jurisprudenciais aplicáveis.

Após a definição da classificação de risco, quando cabível, procede-se à estimativa dos pedidos do autor e ao respectivo registro no sistema interno do BS2. Tanto a classificação de risco quanto os valores provisionados são atualizados periodicamente, sempre que houver novos desdobramentos relevantes ou decisões judiciais que impactem o processo.

As contingências cíveis avaliadas como risco possível, para as quais não são reconhecidas contabilmente, em 31 de dezembro de 2025 totalizavam R\$ 13.496.

“Provisões para contingências” e “Devedores por depósitos em garantia” são demonstrados conforme abaixo:

	31/12/2025
Depósitos judiciais	12.899
Contingências cíveis	3.833
Contingências tributárias	7.110
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.352
Diversos	604
Provisões para contingências	35.836
Contingências cíveis	29.330
Contingências trabalhistas e previdenciárias	5.831
Diversos	675

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Diversos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	2.367	24.426	579	27.372
Constituição (reversão) líquida	3.902	21.307	96	25.305
Baixas por pagamento	(438)	(16.403)		(16.841)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.831	29.330	675	35.836

(b) Provisão para compromissos de crédito e garantias financeiras prestadas

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de compromissos de crédito e garantias financeiras prestadas do Banco BS2 está assim representada:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Compromissos de crédito	2.648	22	269	2.939
Garantias financeiras prestadas	442		875	1.317
Total	3.090	22	1.144	4.256

22. Outros passivos não financeiros

A composição de outros passivos não financeiros do Banco BS2 está assim representada:

	31/12/2025
Provisão de pessoal	60.428
Provisão a fornecedores e prestadores de serviços	22.100
Valores recebidos para fechamento de contrato de câmbio	24.889
Incentivo de bandeiras de cartões a apropriar	6.069
Valores a repassar a bandeiras de cartão	5.044
Diversos	25.761
Total	144.291
Circulante	130.287
Não circulante	14.004

23. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital para R\$ 896.983. O referido aumento, no montante de R\$ 130.803, representado pela emissão de 19.878.798 novas ações ordinárias, foi integralizado mediante a incorporação de reservas de lucros no montante de R\$121.000 e a utilização de valores de Juros sobre Capital Próprio a receber, no montante de R\$ 9.803, por determinados acionistas que optaram por capitalizar tais valores. O aumento de capital encontra-se submetido à aprovação do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 896.983 está representado como segue:

	31/12/2025
Ações Ordinárias	119.954.570
Ações Preferenciais	34.948.198
Total em circulação	154.902.768

(b) Reservas de lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva legal: Será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Reserva estatutária: Será constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Em Ata de reunião do conselho de administração realizada em 08 de julho de 2025, foi aprovado o provisionamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 29.500 que poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025.

Em Ata de reunião do conselho de administração realizada em 30 de setembro de 2025, foi aprovado o provisionamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 25.000 que poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025.

Em Ata de reunião do conselho de administração realizada em 30 de outubro de 2025, foi aprovado o provisionamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 5.000 que poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025.

Em Ata de reunião do conselho de administração realizada em 30 de dezembro de 2025, foi aprovado o provisionamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 13.000 que poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025.

(d) Opções de compra de ações

Em 2022, em concordância com o Plano de Incentivo de Longo Prazo definido pelo Banco BS2 S.A., foram outorgados os Programas de Opções de Compra de Ações da companhia. Este programa é baseado no valor de opções de compra de ações e liquidado em instrumentos de patrimônio (ações).

Eram elegíveis ao Programa os empregados e/ou administradores da Companhia e/ou das demais sociedades do grupo econômico da Companhia (i.e., pessoas físicas que possuam vínculo de emprego e/ou ocupem cargos da administração da Companhia e/ou de qualquer sociedade do mesmo grupo econômico, estatutários ou não), a critério do Conselho de Administração ("Elegíveis").

O Programa concedido é composto por 3 lotes que passam a ser exercíveis a partir de 4 anos da data de concessão. O exercício do direito de aquisição/subscrição das ações é condicionado à manutenção

do vínculo estatutário, de emprego ou de prestações de serviços do beneficiário com o Banco, suas sociedades controladas, coligadas ou interligadas e, além disso, o exercício das opções está condicionado a ocorrência de um evento de liquidez, sendo ele uma alienação ou uma oferta pública inicial (IPO). O prazo máximo do programa (data de vencimento) é de aproximadamente 5 anos a partir da data de outorga.

O preço de exercício do programa varia para cada um dos lotes, foi definido pela empresa com base na melhor expectativa do *valuation* da empresa próximo a data de carência. Os preços de exercício são: 1º Lote (33,33%) – R\$11,88 / 2º Lote (33,33%) – R\$17,82 / 3º Lote (33,33%) – R\$29,71 para as outorgas anteriores a 2025. Já para as outorgas realizadas a partir de 2025 são: 1º Lote (33,33%) – R\$10,91 / 2º Lote (33,33%) – R\$15,85 / 3º Lote (33,33%) – R\$25,75.

Os períodos de carência dos lotes seguem a dinâmica:

- 25% tornam-se “opções vestidas” dois anos após a outorga;
- outros 25% tornam-se “opções vestidas” três anos após a outorga; e
- 50% tornam-se “opções vestidas” quatro anos após a outorga.

O valor justo do programa de opções de compra de ações foi calculado utilizando o método Binomial. Dessa maneira, o valor justo médio das outorgas anteriores a 2025 foi de R\$0,06 por opção. Foram utilizadas as seguintes premissas para realizar o cálculo:

Preço médio ponderado das Ações	R\$ 3,66
Preço de Exercício médio ponderado	R\$ 19,80
Volatilidade Esperada do preço da Ação/quota	22,91%
Dividendos Esperados	0,00%
Taxa de Juros Livre de Risco	12,59%
Proporção de Exercício Antecipado	1,5
Média da Taxa de Saída após a Carência	21,00%

Em 2025, foi realizado uma nova outorga onde, o valor justo do programa de opções de compra de ações foi calculado utilizando o método Binomial. Dessa maneira, para a nova outorga, o valor justo médio das outorgas foi de R\$0,06 por opção. Foram utilizadas as seguintes premissas para realizar o cálculo:

Preço médio ponderado das Ações	R\$ 4,63
Preço de Exercício médio ponderado	R\$ 17,50
Volatilidade Esperada do preço da Ação/quota	25,93%
Dividendos Esperados	0,00%
Taxa de Juros Livre de Risco	13,55%
Proporção de Exercício Antecipado	1,5
Média da Taxa de Saída após a Carência	21,00%

Para a determinação da volatilidade da BS2, utilizou-se como proxy a média da volatilidade histórica de 3 conglomerados financeiros listados na B3, que possuem modelos de negócio que se aproximam da empresa. Além disso, foi excluído do cálculo o período de jun/19 a jun/20 por ter sido um ano atípico devido à pandemia.

Para fazer a estimação da taxa de juros livre de risco, utilizamos os contratos futuros de DI1 (Depósitos Interfinanceiros de um Dia), bem aceitos como proxy de títulos públicos baseados na Selic. O DI Futuro está disponível em reais e pode ser acessado na ferramenta Market Data da B3. As demais premissas, foram definidas pela melhor estimativa da empresa.

Segue abaixo as quantidades referentes ao fechamento de 31/12/2025:

	Quantidades	31/12/2025
		Preço de Exercício Ponderado
(i) em circulação no início do período	15.590.000	R\$ 19,56
(ii) concedidas durante o período		R\$ 0,00
(iii) prescritas durante o período	1.335.000	R\$ 19,43
(iv) exercidas durante o período		R\$ 0,00
(v) expiradas durante o período		R\$ 0,00
(vi) em circulação no final do período	14.235.000	R\$ 19,58
(vii) exercíveis no final do período ¹	6.448.755	R\$ 19,68

(1) O exercício poderá ocorrer apenas após a ocorrência de um "Evento de Liquidez".

Desde as outorgas até o momento não foi realizado o exercício devido ao fato de o "Evento de Liquidez" não ter ocorrido até o momento.

Durante o período, foram reconhecidos os seguintes impactos decorrentes das outorgas dos incentivos de Longo Prazo:

	31/12/2025	
	Acumulado	Despesa
Débito - Resultado (despesa com plano de ILP)	598	6
Crédito - Patrimônio líquido (conta reserva de capital)	598	6

(e) Resultado por ação básico e diluído

O resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco BS2 é dividido pelo número médio de ações emitidas no período.

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado líquido do semestre e exercício	61.507	72.065
Quantidade média ponderada		
Ações ordinárias emitidas	100.075.772	100.075.772
Ações preferenciais emitidas	34.948.198	34.948.198
Resultado básico e diluído		
Ações ordinárias (em reais)	0,46	0,53
Ações preferenciais (em reais)	0,46	0,53
Resultado atribuído - básico e diluído		
Ações ordinárias	46.035	53.040
Ações preferenciais	16.076	18.523

(f) Outros resultados abrangentes

Os saldos de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido incluem os ajustes temporários de ativos classificados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), líquidos dos efeitos tributários. Esses ajustes são demonstrados nas mutações do patrimônio líquido e no resultado abrangente até sua realização ou extinção, momento em que são reconhecidos no resultado do período. Os valores provenientes de investimentos em subsidiárias e coligadas são apresentados nas contas correspondentes, de acordo com sua natureza.

24. Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Capital de giro	152.633	295.573
Antecipação de transações de pagamento	80.100	156.111
Títulos com características de crédito	55.045	94.971
Financiamento à exportação, importação e ACC	12.108	28.627
Precatórios	8.856	21.847
Conta garantida	10.423	20.161
Risco sacado	5.350	13.969
Cheque especial	10.896	17.372
Desconto de títulos	2.194	4.064
Financiamentos imobiliários	1.951	3.704
CDC - Pessoas jurídicas	1.590	3.270
Crédito pessoal	721	1.540
Diversos	156	587
Total	342.023	661.796

25. Resultado com aplicações interfinanceiras

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Rendas de aplicações em depósitos voluntários no BACEN	36.023	65.985
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	8.216	23.407
Rendas de aplicações em operações compromissadas	3.420	6.877
Rendas de aplicações no exterior	437	775
Total	48.096	97.044

26. Resultado com títulos e valores mobiliários

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado de títulos de renda fixa	88.850	160.671
Resultado de aplicações em fundos de investimento	56.502	97.090
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	1.011	2.258
Total	146.363	260.019

27. Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado de operações com vendas a termo	9.996	204.451
Resultado de operações com contratos de câmbio	(5.586)	(1.905)
Resultado de operações com swap	(30)	94
Resultado de operações com futuros	5.874	(18.113)
Resultado de operações com compras a termo	(8.779)	(158.991)
Total	1.475	25.536

28. Operações de captação no mercado

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Despesas com depósitos a prazo	(294.948)	(560.402)
Despesas com captações no mercado aberto	(20.277)	(46.826)
Despesas com letras financeiras subordinadas	(9.257)	(19.674)
Despesas com recursos por emissões de letras	(30.974)	(52.694)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(1.186)	(4.880)
Despesas com contribuição ao fundo garantidor de créditos	(3.236)	(6.319)
Total	(359.878)	(690.795)

29. Variações cambiais (Líquidas)

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Ativo	101.366	152.966
Variações cambiais de caixa e equivalentes de caixa	91.060	175.298
Variações cambiais de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.610	(2.207)
Variações cambiais da carteira de crédito	5.533	(21.533)
Variações cambiais de outros ativos financeiros	1.163	1.408
Passivo	81.624	186.852
Variações cambiais de depósitos	618	16
Variações cambiais de obrigações por empréstimos e repasses	864	6.098
Variações cambiais de outros passivos financeiros	80.142	180.738
Total	182.990	339.818

30. Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas por serviços de pagamento	5.258	11.127
Receitas de serviços prestados a ligadas ¹	4.443	9.417
Receitas de tarifas	3.889	7.711
Receitas com outras comissões comerciais e sobre serviços	8.468	10.251
Receitas de outros serviços	2.072	3.776
Receitas de garantias prestadas	1.075	2.449
Receitas de comissões na emissão e colocação de títulos	3.244	3.941
Receitas de cobrança	658	1.170
Total	29.107	49.842

(1) As operações realizadas com partes relacionadas estão detalhadas na nota 36.

31. Despesas de pessoal

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Proventos	(40.420)	(84.391)
Encargos sociais	(15.565)	(31.815)
Benefícios	(9.150)	(17.674)
Honorários	(20.718)	(28.875)
Demais despesas de pessoal	(1.067)	(1.626)
Total	(86.920)	(164.381)

32. Outras despesas administrativas

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Prestação de serviços	(73.018)	(142.787)
Processamento de dados	(60.391)	(129.266)
Instalações e materiais	(8.232)	(16.006)
Comunicação	(4.469)	(8.040)
Depreciação e amortização	(2.317)	(4.656)
Propaganda e publicidade	(1.895)	(3.930)
Viagens	(1.047)	(2.627)
Demais despesas administrativas	(5.884)	(11.793)
Total	(157.253)	(319.105)

33. Despesas tributárias

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
COFINS	(15.974)	(29.737)
PIS	(2.595)	(4.832)
ISSQN	(1.670)	(2.896)
Demais despesas tributárias	(3.750)	(9.209)
Total	(23.989)	(46.674)

34. Outras receitas (despesas) operacionais

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas com precatórios da própria instituição	1.057	3.436
Receitas de incentivos de bandeiras de cartões	1.486	2.973
Receitas (despesas) com atualizações monetárias	9.783	11.165
Perdas com processos trabalhistas	(227)	(438)
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	(74)	(473)
Receitas (despesas) com provisões passivas	(3.072)	(3.247)
Perdas com processos cíveis	(6.759)	(16.403)
Despesas com intermediação de operações de câmbio	(72.798)	(133.008)
Despesas com comissões	(473)	(3.785)
Diversos	(1.643)	(7.490)
Total	(72.720)	(147.270)

35. Imposto de renda e contribuição social

	01/07 a	31/12/2025	01/01 a	31/12/2025
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	85.282	85.282	82.291	82.291
Adições (exclusões) líquidas:				
Equivalência patrimonial	(7.952)	(7.952)	(1.179)	(1.179)
Participações no resultado	(23.205)	(23.205)	(23.205)	(23.205)
Juros sobre o capital próprio	(43.000)	(43.000)	(72.500)	(72.500)
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)	(8.131)	(8.131)	(8.131)	(8.131)
Outras, líquidas	4.841	(8.159)	(2.372)	(9.022)
Base de cálculo	7.835	(5.165)	(25.096)	(31.746)
Alíquota Efetiva	(1.176)	1.033	3.764	6.349
Alíquota Adicional	(759)		2.534	
Incentivo Fiscal	332		332	
Imposto de renda e contribuição social	(1.603)	1.033	6.630	6.349

36. Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

Ativo	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	50.502
BS2 Payments Instituição de Pagamento S.A. ²	50.502
Transações de pagamento	837.785
BS2 Payments Instituição de Pagamento S.A. ²	837.785
Carteira de crédito	45.941
Bonsucesso Holding Financeira S.A. ¹	33.260
Outras partes relacionadas ⁴	12.681
Outros ativos financeiros	2.026
BS2 Payments Instituição de Pagamento S.A. ²	383
BS2 Seguros S.A. ⁴	1.178
BS Tecnologia Ltda. ²	254
Adiplus Instituição de Pagamento Ltda. ⁴	137
Bonsucesso Holding Financeira S.A. ¹	58
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. ²	16

Passivo	31/12/2025
Depósitos à vista	16.816
BS2 Payments Instituição de Pagamento S.A. ²	7.440
BS2 Seguros S.A. ⁴	7.654
BS Tecnologia Ltda. ²	471
Bonsucesso Holding Financeira S.A. ¹	163
IPG Holding Financeira Ltda. ²	4
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. ²	270
Pessoal chave da Administração ³	104
Outras partes relacionadas ⁴	710
Depósitos a prazo	55.132
BS Tecnologia Ltda. ²	25.884
Bonsucesso Holding Financeira S.A. ¹	17.697
IPG Holding Financeira Ltda. ²	79
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. ²	4.312
Pessoal chave da Administração ³	4.574
Outras partes relacionadas ⁴	2.586
Recursos por emissões de letras	4.894
Pessoal chave da Administração ³	3.438
Outras partes relacionadas ⁴	1.456
Outros passivos financeiros	604
BS2 Payments Instituição de Pagamento S.A. ²	604

Resultado	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento	72.480	136.721
BS2 Payments Instituição de Pagamento S.A. ²	72.480	136.721
Despesas de captação no mercado	(4.424)	(8.106)
BS2 Payments Instituição de Pagamento S.A. ²	(26)	(39)
BS Tecnologia Ltda. ²	(2.005)	(2.924)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. ¹	(1.995)	(4.003)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. ²	(252)	(389)
Outras partes relacionadas ⁴	(146)	(751)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	4.443	9.417
Adiqlus Instituição de Pagamento Ltda. ⁴	331	331
BS2 Seguros S.A. ⁴	4.112	9.086
Outras despesas administrativas	(59.319)	(118.109)
BS Tecnologia Ltda. ²	(56.949)	(115.739)
BS2 Payments Instituição de Pagamento S.A. ²	(2.370)	(2.370)
Outras receitas (despesas) operacionais	(473)	(3.785)
BS2 Payments Instituição de Pagamento S.A. ²	(473)	(3.785)
Outras receitas e despesas	118	236
BS2 Seguros S.A. ⁴	114	228
Bonsucesso Holding Financeira S.A. ¹	2	4
Outras partes relacionadas	2	4

(1) Holding controladora integral do Banco BS2.

(2) Empresas controladas do Banco BS2 conforme detalhado na nota 13.

(3) Pessoal chave da administração do Banco BS2 e de sua controladora integral Bonsucesso Holding Financeira S.A..

(4) Outras partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas.

(b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Honorários	(7.718)	(15.875)
Participação nos lucros e resultados	(13.000)	(13.000)
Encargos sociais	(4.456)	(6.195)
Total	(25.174)	(35.070)

O BS2 possui programa de remuneração de longo prazo que contempla opções de compras de ações para pessoal chave da Administração e alguns empregados, conforme divulgado na nota 23 (d).

37. Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III)

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Descrição	31/12/2025
(=) Patrimônio de Referência – Nível I	725.762
(+) Capital Principal (a)	725.762
(+) Capital Social e Reservas	887.188
(+) Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	39.691
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	11.224
(-) Deduções do capital – ajustes a valor de mercado e demais	4.306
(-) Ajustes Prudenciais	196.811
(+) Patrimônio de Referência – Nível II	60.279
(+) Instrumentos Elegíveis para compor nível II (a)	60.279
(=) Patrimônio de Referência Total	786.041
Alocação de Capital por Risco	
Risco de Crédito (RWAcpad)	3.523.504
Risco de Serviços de Pagamneto (RWAsp)	350.625
Risco de Mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWAcom)	308.458
Risco Operacional (RWAopad)	1.383.019
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	5.565.606
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA	445.248
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN	459.577
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	340.792
Margem sobre o Patrimônio de Referência com ACP e RBAN	187.323
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	391.825
Margem sobre o Capital Principal Requerido	475.309
Margem de Capital Principal após Pilar 1 com ACP	201.652
Índice de Basileia - PR	14,12%
Índice do Nível I	13,04%
Índice do Capital Principal	13,04%
Índice de Imobilização	33,71%

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.955/21, para Instrumentos Elegíveis ao Nível II em dezembro/2025 foi considerado o somatório dos saldos de Letras Financeiras Autorizadas a compor o Nível II, após a aplicação dos redutores 0%, 20%, 40%, 60%, 80% e 100%.

Considerando os valores apurados em 31 de dezembro de 2025, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 14,30%, que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido é de 10,5% (Índice Basileia 8% + ACP 2,5%) de acordo com a Resolução CMN nº 4.955/21. Para os Índices de Nível I e Capital Principal o indicador ficou em 13,22%, ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora, de 8,5% para o Nível 1 (Índice de Nível 1 6% + ACP 2,5%) e de 7% para o Capital Principal (Índice de Capital Principal 4,5% + ACP 2,5%)

Cabe destacar que o Patrimônio de Referência Total apurado no período foi de R\$ 795.843 contra um Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA de R\$ 445.246 e Patrimônio de Referência

Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN de R\$ 459.574, o que implica em uma margem sobre o Patrimônio de Referência considerando o ACP e o RBAN de R\$ 197.129.

O ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021 registraram impacto de R\$ 14.966 no patrimônio de Referência do Conglomerado. Todavia, esse valor foi compensado em 75% (R\$ 11.224) conforme os § 8º, 9º do art. 4º da Res. CMN 4.955/21. Essa compensação será reduzida anualmente, em decréscimos de 25%, até janeiro de 2028.

Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Banco encontra-se em conformidade com a regulamentação do BACEN.

38. Gerenciamento de risco

Gerenciamento de capital

Entende-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e exigência de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

Gerenciamento de risco

A gestão de riscos do Banco reflete em um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e social, ambiental e climático.

I - Risco de mercado - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Banco, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (*commodities*). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normatização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (*Value at Risk*) são definidos pela Administração e monitorados com periodicidade diária, através da geração do DDR.

II - Risco de crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A cadeia de valor da gestão de risco de crédito abrange: 1. Desenvolver e manter políticas; 2. Realizar análise e concessão de crédito; 3. Monitorar e gerenciar exposições; 4. Gerenciar a carteira de crédito; e 5. Gerar reportes regulatórios e gerenciais.

III - Risco de liquidez - É o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias

para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV – Risco operacional – É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

V – Riscos social, ambiental e climático:

- Risco social: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;

- Risco ambiental: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;

- Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;

- Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Gerenciamento de risco operacional e social, ambiental e climático

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.943/21, que altera a Resolução nº 4.557/17, e a Resolução CMN nº 4.945/21, o Banco adequou suas políticas de gestão dos riscos operacional, social, ambiental e climático, onde estão definidas as responsabilidades, os princípios e diretrizes. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que seus colaboradores em sua totalidade entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais relativos aos riscos operacional, social, ambiental e climático.

Nesse contexto, foram estabelecidos direcionamentos visando o atendimento às novas exigências regulatórias, como a revisão da estrutura de gestão, implementação de novos processos, atualização de metodologias, bem como a adoção de controles, sempre observando o princípio da proporcionalidade e relevância das nossas operações.

O Banco considera a atividade de gestão do risco operacional e dos riscos social, ambiental e climático como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão destes riscos contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Gerenciamento de continuidade de negócios – GCN

O Banco conta com programa de continuidade de negócios para a garantia da sustentabilidade da instituição, visando proteger sua imagem e reputação. Atuam proativamente por meio de suas estruturas de gerenciamento de riscos e sua governança corporativa para continuidade de negócios, oferecendo maior segurança aos seus clientes e acionistas diante de imprevistos, buscando minimizar

perdas financeiras e assegurar o nível adequado de estabilidade organizacional nos momentos posteriores a eventuais interrupções e durante a recuperação.

A gestão do programa de continuidade de negócios, é realizada por meio da avaliação de cenários, adoção de medidas corretivas e mitigadoras, testes, treinamentos e revisões periódicas, a fim de garantir que o plano de continuidade de negócios esteja atualizado e operacional.

Gerenciamento de risco de mercado e liquidez

Em consonância com a Resolução CMN 4.557/17, o Banco definiu sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado e liquidez compatível com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, considerando a concentração na carteira de antecipação de recebíveis de cartão de crédito, crédito a pequenas e médias empresas e direitos creditórios, além de operações de câmbio. Essa estrutura é devidamente qualificada e atua com políticas, sistemas, processos e rotinas bem definidos, observando as disposições do Banco Central do Brasil.

O risco de mercado da carteira *banking* (IRRBB) é calculado com base na metodologia *Economic Value of Equity* (EVE), com base nos cenários descritos pelo Banco Central do Brasil na Circular 3.876/2018 e consiste em uma abordagem de valor econômico, onde são avaliados os impactos de precificação dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e em um cenário de choque nas taxas de juros (Δ EVE).

O risco de mercado da carteira *trading* (RWAmPad) é apurado diariamente com base na Resolução CMN 4.958/21 onde são avaliadas as parcelas de requerimento de capital do RWAmPad.

No risco de liquidez são acompanhadas diariamente todas as entradas e saídas do caixa com foco na liquidez imediata, monitorada as fontes de recursos, depósitos à vista e a prazo, além do fluxo de caixa mensal com a projeção anual.

Gerenciamento de risco de crédito

Em consonância com a Resolução CMN 4.557/17, o Banco implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, pautada na avaliação da base histórica das carteiras de crédito, cujos produtos são os indicadores de performance e risco, simulações de condições extremas (*Stress Test*) em metodologia própria e do BACEN, além da documentação dos procedimentos por meio de política, normas, instruções de trabalho e relatórios.

Cultura de Riscos

A gestão efetiva dos riscos se baseia principalmente no desenvolvimento de uma cultura organizacional no sentido de conscientizar a todos sobre a importância de seu papel na prevenção e mitigação de riscos. Por isso, o BS2 adota um processo contínuo de disseminação de informações sobre a gestão de riscos ao pessoal da organização, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com sua área de atuação. No BS2 as ações de aculturação de riscos objetivam manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos, causas e discursos da organização. Dessa maneira, são estabelecidas e estimuladas condutas que vão ao encontro do que a empresa prega.

A divulgação do “Relatório de Gerenciamento de Riscos” é realizada no site, na seção Governança Corporativa e “Relatório de Gerenciamento de Riscos” (www.bs2.com/governanca-corporativa), que visa atender a Circular 3.930/2019 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento

de riscos, seus processos e metodologias, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental.

39. Outras informações

(a) Cobertura de seguros

O Banco possui cobertura de seguros para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

(b) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são feitas para as exposições financeiras (carteiras *trading* e *banking*) da instituição. Entretanto, vale destacar que os impactos das exposições financeiras da carteira *banking* não representam prejuízo contábil potencial para o Banco BS2. Isto ocorre pelo fato de que as operações classificadas na carteira *banking* (principalmente as indexadas ao fator de risco pré, cupom cambial e índice de preços) tendem a ser mantidas até o seu vencimento.

Tais análises foram preparadas a partir de cenários elaborados considerando as informações de mercado divulgadas à época. Assim, foram utilizados os cenários que afetariam negativamente as posições da instituição.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom cambial, índices de preços e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações das respectivas datas-bases, divulgadas pelo mercado (B3, Anbima, etc.);

Cenário II: Choques de mais e menos 25% com base nas informações de mercado nas respectivas datas-bases, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Choques de mais e menos 50% com base nas informações de mercado nas respectivas datas-bases, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Apresenta-se a seguir os resultados para a carteira completa da instituição:

Carteira total	Exposições	31/12/2025		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Fatores de risco	Risco de variação em:			
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(48)	(15.779)	(30.353)
Cupom cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(707)	(1.015)	(2.020)
Moeda estrangeira	Variação cambial	(22)	(558)	(1.116)
Índice de preços	Taxas dos cupons de índices de preços	28	(4.100)	(8.443)
Ações	Preço das ações			
Demais	Demais fatores de risco	87	(9.889)	(20.056)
Total sem correlação		(662)	(31.341)	(61.988)
Total com correlação		(474)	(28.399)	(55.973)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

A seguir, são apresentadas as análises de sensibilidade realizadas exclusivamente na carteira *trading*, que consiste em todas as operações detidas com intenção de negociação. São operações destinadas a revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de

arbitragem. É importante frisar que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois revelam impactos considerando uma posição estática dos ativos e passivos, o que difere da situação real, onde a instituição, de acordo com dinamismo do mercado, busca formas de mitigar os riscos associados a estas posições.

Carteira <i>trading</i> Fatores de risco	Exposições Risco de variação em:	31/12/2025		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	12	(4.342)	(8.944)
Cupom cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.058)	(1.542)	(3.070)
Moeda estrangeira	Variação cambial	969	(24.215)	(48.431)
Índice de preços	Taxas dos cupons de índices de preços			
Ações	Preço das ações			
Demais	Demais fatores de risco	(2)	(202)	(396)
Total sem correlação		(79)	(30.301)	(60.841)
Total com correlação		(620)	(10.130)	(20.509)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

(c) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de outros resultados abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por títulos

privados (com destaque na carteira de debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de ações, opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.868.447	26.656	1.895.103
Títulos e valores mobiliários	1.868.447	26.656	1.895.103
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	222.262	43.433	265.695
Títulos e valores mobiliários	222.262	43.433	265.695
Derivativos utilizados como <i>hedge</i> (ativos)		38.281	38.281
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado			
Derivativos utilizados como <i>hedge</i> (passivos)		47.058	47.058

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.

Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco BS2 mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos.

31/12/2025					
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	369.548	369.548		369.548	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.234	2.245		2.245	
Títulos e valores mobiliários	9.153	9.198		9.198	
Transações de pagamento	877.628	877.628		877.628	
Carteira de crédito	2.541.940	2.544.278		2.458.489	85.789
Outros ativos financeiros	83.007	83.007			83.007
Total	3.883.510	3.885.904		3.717.108	168.796

Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco BS2 mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos:

31/12/2025					
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos	5.192.560	5.180.442		5.180.442	
Captações no mercado aberto	376.324	376.324	376.324		
Recursos de mercados interbancários	417.041	421.152		421.152	
Letras financeiras subordinadas	158.689	155.253		155.253	
Obrigações por transações de pagamento	169.662	169.662		169.662	
Outros passivos financeiros	251.196	251.196			251.196
Total	6.565.472	6.554.029	376.324	5.926.509	251.196

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- **Carteira de crédito:** O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas médias de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, a média das taxas utilizadas nos contratos atuais é utilizada como parâmetro para o desconto destes fluxos.

Além das operações de empréstimo, também compõe este grupo: recebíveis de emissores de cartão de crédito, negociação de títulos e valores mobiliários e comissões receber. Os valores contábeis destes ativos / passivos se aproximam significativamente de seus valores justos, dado que consistem em valores a serem recebidos em curto prazo de operações de cartão de crédito, comissões e depósitos exigidos judicialmente.

- **Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições financeiras e de clientes:** O valor justo dos depósitos a prazo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas das curvas públicas de juros futuros em vencimentos similares.

- **Obrigações por títulos e valores mobiliários e dívidas subordinadas:** Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das curvas de juros futuros nos prazos e vencimentos similares. Para os valores de depósitos à vista, foi considerado que o valor justo destes passivos é significativamente próximo de seu valor contábil.
- **Transações de Pagamento e Outros Ativos e Passivos Financeiros:** Composto principalmente por passivos originados de operações de Adquirência e negociação de títulos e valores mobiliários. Os valores contábeis destes ativos / passivos se aproximam significativamente de seus valores justos, dado que consistem em valores a serem pagos em curto prazo de operações de cartão de crédito, comissões e depósitos exigidos judicialmente.

(d) Valor equivalente em reais de ativos e passivos em moeda estrangeira

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

	31/12/2025			
	Dólar	Euro	Outras	Total
Caixa e equivalentes de caixa	215.992	36.311	125.534	377.837
Instrumentos financeiros	173.626	4.151	1.564	179.341
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.234			2.234
Carteira de crédito	96.629	4.104		100.733
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.276)			(1.276)
Instrumentos financeiros derivativos			1.564	1.564
Outros ativos financeiros	76.039	47		76.086
Outros ativos	72			72
Total dos ativos	389.690	40.462	127.098	557.250
Passivos financeiros	372.843	78.835	119.253	570.931
Depósitos	130.078	6.480	1.546	138.104
Obrigações por empréstimos e repasses	129.235	8.638	31.521	169.394
Instrumentos financeiros derivativos			17.650	17.650
Outros passivos financeiros	113.530	63.717	68.536	245.783
Outros passivos	2.528		13.498	16.026
Total dos passivos	375.371	78.835	132.751	586.957

(e) Honorários de auditoria

Em cumprimento aos requisitos éticos do Conselho Federal de Contabilidade, informamos que foram pagos para a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes o montante de R\$ 1.150 a título de honorários de serviços de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício de 2025.

* * *

Diretoria

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Diretor Presidente

Renata Braga Pentagna Guimarães
Diretora de Governança e Gestão

Rodrigo Braga Pentagna Guimarães
Diretor Comercial

Juliana Braga Pentagna Guimarães
Diretora de Corporate Development

Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior
Diretor de Câmbio

Davi Ponciano Araújo Lima
Diretor de Finanças e Riscos

Ziro Murata Júnior
Diretor Executivo

Rodrigo Elias Moreira
Diretor Executivo

Danilo Ricardo Bono Zimmermann
Diretor Executivo

Comitê de auditoria

Gabriel Pentagna Guimarães
Presidente do Comitê

Carlos Augusto da Silva
Membro Especialista

Conselho de administração

Paulo Henrique Pentagna Guimarães
Presidente

Gabriel Pentagna Guimarães
Vice-Presidente

João Claudio Pentagna Guimarães
Conselheiro

André Pentagna Guimarães Salazar
Conselheiro

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Conselheiro

Comitê de Remuneração

Paulo Henrique Pentagna Guimarães
Coordenador do Comitê

Gabriel Pentagna Guimarães
Membro do Comitê

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Membro do Comitê

Controladoria

José Luiz de Souza Leite
Contador - CRC-MG 48.029/O-0

1. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco BS2 S.A. ("Banco") tem como atribuições assessorar o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, no cumprimento das exigências legais e regulatórias, na efetividade e independência dos trabalhos de auditoria interna e externa, bem como na avaliação da adequação e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.

A atuação do Comitê de Auditoria abrange também a BS2 Payments Instituição de Pagamentos S.A. (BS2 Payments) e demais empresas do conglomerado prudencial, conforme enquadramento regulatório aplicável. Durante o segundo semestre de 2025, o Comitê manteve atuação contínua e diligente, acompanhando temas relevantes de governança, riscos, controles internos, tecnologia, segurança da informação, conformidade regulatória, auditorias e desempenho econômico-financeiro.

O Comitê permaneceu composto por dois membros, sendo um independente, ambos eleitos pelo Conselho de Administração, com designação de membro especialista nas matérias tratadas no âmbito do Comitê.

2. Atividades do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria conduziu seus trabalhos com base em agenda temática estruturada, alinhada aos requisitos regulatórios e aos principais riscos do conglomerado. As atividades foram desenvolvidas por meio de reuniões periódicas, análises de documentos, relatórios e apresentações submetidas pela Administração, auditorias interna e independente, bem como por especialistas das diversas áreas do Banco e de suas controladas.

As avaliações do Comitê tiveram como base informações provenientes, principalmente, das áreas de Controles Internos e Riscos, Compliance, Auditoria Interna, Auditoria Independente, Tecnologia da Informação, Segurança da Informação, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), Jurídico, Contabilidade, Controladoria, Tesouraria, Governança Corporativa, Ouvidoria e áreas de Negócios.

O Comitê também acompanhou inspeções, comunicações e orientações dos órgãos reguladores e autorreguladores, bem como os respectivos planos de ação adotados pela Administração.

3. Atividades do comitê durante o segundo semestre de 2025

3.1 Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

No segundo semestre de 2025, o Comitê analisou a evolução do ambiente de controles internos e do gerenciamento de riscos, com destaque para:

- Risco de Crédito: acompanhamento da aplicação da Resolução CMN nº 4.966, incluindo a revisão e aprimoramento do modelo de provisão para perdas esperadas, com envolvimento das áreas de Riscos, Contabilidade e Controladoria, bem como avaliação da contratação de especialista independente para validação técnica do modelo.
- Risco Operacional: monitoramento de eventos relevantes, incluindo transações offline, processos de *chargeback*, liquidação financeira, conciliações e acompanhamento de exposições relacionadas a adquirência, subadquirência e operações de pagamentos.
- Risco de Terceiros: fortalecimento da governança de parceiros e fornecedores, com evolução da reclassificação de riscos, uso da ferramenta *Data Insights*, revisão contratual,

racionalização de fornecedores estratégicos e mitigação de riscos trabalhistas, operacionais e reputacionais.

- Risco Legal e Tributário: acompanhamento de contingências relevantes, incluindo processos judiciais, temas relacionados a IOF, DPVAT, reforma tributária, tributação de dividendos, créditos tributários e adequação a novas normas legais e regulatórias.

3.2 Compliance e Ouvidoria

O Comitê acompanhou a execução do Programa de Compliance e os temas de governança corporativa, com ênfase em:

- monitoramento de obrigações regulatórias novas e em curso, incluindo Resoluções e Instruções Normativas do Banco Central do Brasil;
- acompanhamento dos trabalhos de PLD/FT e integridade, incluindo controles preventivos e monitoramento transacional;
- análise dos relatórios de Ouvidoria, com destaque para a atuação da área, adequação às normas e acompanhamento dos apontamentos identificados nos trabalhos de auditoria interna;
- acompanhamento da elaboração e revisão de políticas corporativas, regulamentos e relatórios obrigatórios.

3.3 Tecnologia da Informação e segurança cibernética

No período, o Comitê dedicou atenção relevante aos temas de tecnologia e segurança da informação, destacando:

- acompanhamento da migração de infraestrutura tecnológica e dos impactos sobre controles, evidências e cronogramas de auditoria;
- evolução dos controles de segurança da informação, incluindo gestão de acessos, logs, autenticação, monitoramento contínuo e prevenção a fraudes internas e externas;
- acompanhamento da certificação PCI (*Payment Card Industry*) da BS2 Payments e dos planos de ação para manutenção e recertificação;
- análise de riscos e planos de adequação relacionados à Instrução Normativa BCB nº 501/2025 e à Resolução Conjunta nº 18/2025, especialmente quanto à qualidade, governança e validação das informações enviadas ao regulador;
- discussões iniciais sobre governança de Inteligência Artificial e sua futura inclusão no escopo de auditoria.

3.4 Desempenho Econômico-Financeiro e Negócios

O Comitê acompanhou periodicamente os resultados econômico-financeiros do Banco, da BS2 Payments e de unidades de negócio relevantes, com destaque para:

- análise dos resultados mensais e acumulados, incluindo qualidade das receitas, ajustes contábeis e conciliações;
- acompanhamento de operações relevantes como Voucher Pay, ADIQ Plus, parcerias estratégicas e negócios de aquisição;
- monitoramento de planos de ação para melhoria de governança, estrutura operacional e rentabilidade das unidades de negócio.

4. Auditoria Interna

O Comitê avaliou os relatórios e apresentações da Auditoria Interna relativos ao segundo semestre de 2025, incluindo os trabalhos realizados pela equipe interna do Banco, com apoio da KPMG. Os trabalhos abrangeram escopos no Banco BS2, BS2 Payments e BS2 Seguros, com auditorias específicas e transversais, alinhadas aos principais riscos das instituições.

Os relatórios foram analisados, discutidos e acompanhados quanto à definição e execução dos respectivos planos de ação. O Comitê conclui que a Auditoria Interna atuou de forma independente e efetiva como terceira linha de defesa, cobrindo riscos relevantes e em conformidade com as melhores práticas e exigências regulatórias.

5. Auditoria Independente

5.1 Efetividade dos trabalhos da Auditoria Independente

O Comitê acompanhou os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos (PwC), incluindo auditorias das demonstrações financeiras, relatórios de controles internos (Resolução CMN nº 4.910), comunicados regulatórios e revisões específicas.

Foram discutidos os principais apontamentos, recomendações e planos de ação, bem como a evolução na resolução de pontos recorrentes. O Comitê avaliou positivamente a qualidade, independência, competência técnica e aderência regulatória dos trabalhos realizados, não identificando situações que comprometessem a independência dos auditores.

6. Controles Internos

Com base nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, da auditoria externa e das áreas de controle, o Comitê de Auditoria registra, de forma geral, evolução positiva no ambiente de controles internos do Banco BS2, da BS2 Payments e das demais entidades do conglomerado, embora reconheça a necessidade de contínuo aprimoramento, formalização e fortalecimento de controles, especialmente diante do crescimento dos negócios, da complexidade operacional e das novas exigências regulatórias.

O Comitê manterá o acompanhamento contínuo dos planos de ação e das iniciativas estruturantes em curso.

Belo Horizonte, 17 de março de 2026.

Gabriel Pentagna Guimarães
Presidente do Comitê

Carlos Augusto da Silva
Membro Especialista